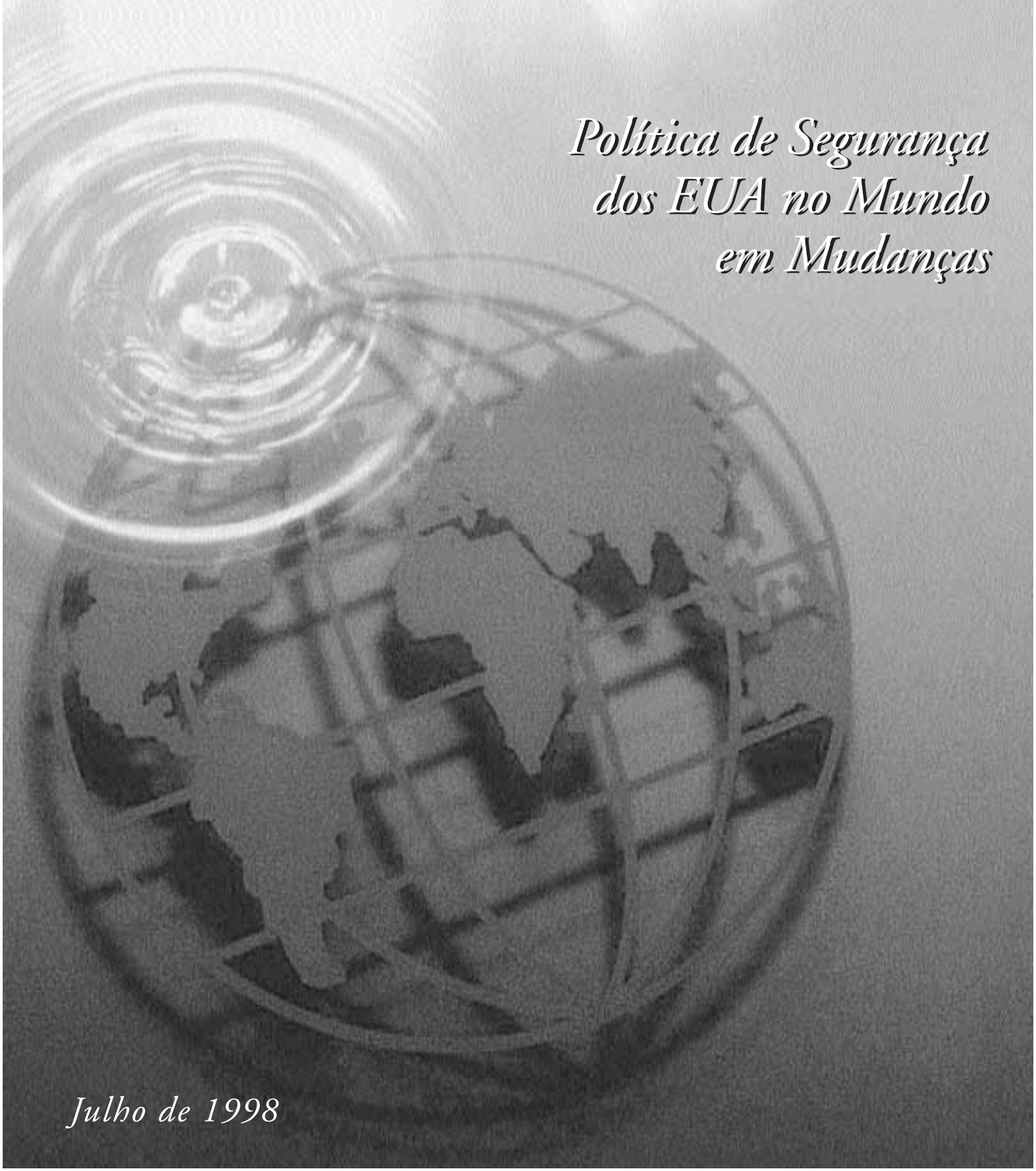
POLÍTICA EXTERNA DOS EUA

A G E N D A

VOLUME 3 REVISTA ELETRÔNICA DA AGÊNCIA DE INFORMAÇÕES DOS ESTADOS UNIDOS NÚMERO 3

Política de Segurança dos EUA no Mundo em Mudanças



Julho de 1998

POLÍTICA EXTERNA DOS EUA
AGENDA

Política de Segurança dos EUA no Mundo em Mudanças

AGENDA DE POLÍTICA EXTERNA DOS EUA | REVISTA ELETRÔNICA DA USIA | VOLUME 3 • NÚMBERO 3 • JULHO DE 1998

"Devemos permanecer fortes e vigilantes contra os tipos de ameaças que já vimos durante todo o século XX – agressão e competição em nível regional, sangrentas guerras civis, tentativas de derrubar democracias. Mas também a nossa segurança está sendo cada vez mais ameaçada por ameaças não convencionais, tanto de velhos quanto de novos adversários – não somente regimes hostis, mas também terroristas e criminosos internacionais, que não podem nos derrotar nos teatros de combate tradicionais, mas em vez disso procuram novos meios de atacar, explorando novas tecnologias e a abertura cada vez maior do mundo...Devemos abordar essas novas ameaças do século XXI com o mesmo rigor e determinação que aplicamos aos mais sérios desafios à nossa segurança neste século."

—Presidente Clinton
Discurso por Ocasião da Formatura na Academia Naval dos Estados Unidos
em 22 de maio de 1998

Este número de *Agenda de Política Externa dos EUA* explora os desafios à segurança que os Estados Unidos enfrentam como resultado das dramáticas mudanças no mundo nesses últimos anos. Autoridades norte-americanas discutem a ameaça do terrorismo químico/biológico, o alcance da iniciativa humanitária de remoção de minas, por parte dos Estados Unidos, e a importância da consolidação da democracia na promoção da segurança regional. Um intelectual renomado avalia novas abordagens de política externa dos Estados Unidos para o século XXI, e dois peritos do setor privado examinam a crescente influência das organizações não-governamentais na política dos Estados Unidos. A revista inclui um estudo de caso sobre a remoção humanitária de minas em Ruanda, um relatório sobre o programa para destruir e desmontar armas nucleares e químicas na antiga União Soviética, e uma avaliação do progresso da democratização na América Central, assim como uma série de estatísticas sobre questões de segurança.

POLÍTICA EXTERNA DOS EUA

A G E N D A

Revista Eletrônica da Agência de Informações dos Estados Unidos

Política de Segurança dos EUA no Mundo em Mudanças

ÍNDICE

ÊNFASE

NOVAS AMEAÇAS À SEGURANÇA: A REAÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS 5
Entrevista com John D. Holum
Sub-Secretário de Estado Interino para Questões de Controle de Armamento e Segurança Internacional

ENFRENTANDO A AMEAÇA DAS ARMAS DE DESTRUIÇÃO EM MASSA 10
William Cohen
Secretário de Defesa

PROMOVENDO A ESTABILIDADE POLÍTICA E ECONÔMICA PELA CONSOLIDAÇÃO DA DEMOCRACIA 12
Entrevista com Steven Coffey
Principal Vice-Secretário de Estado Assistente do Escritório de Democracia, Direitos Humanos, e Trabalho

ELIMINANDO MINAS TERRESTRES: HORA DE AGIR 16
Embaixador Karl Inderfurth
Representante Especial dos Estados Unidos Para Remoção Humanitária de Minas em Nível Mundial

COMENTÁRIOS

A POLÍTICA DE SEGURANÇA DOS ESTADOS UNIDOS: DESAFIOS PARA O SÉCULO XXI 19
Joseph S. Nye, Jr.
Reitor, Escola de Administração Pública John F. Kennedy, Universidade de Harvard

CONSOLIDANDO A SEGURANÇA REGIONAL: PARCERIA ENTRE AS ONGS E OS GOVERNOS 23
James Notter e John McDonald
Instituto de Democracia de Vias Múltiplas

ESTUDOS DE CASO REGIONAIS

REMOÇÃO HUMANITÁRIA DE MINAS EM RUANDA: UMA HISTÓRIA DE SUCESSO 27
Matthew F. Murphy
Gerente Sênior de Programas, Escritório de Programas Humanitários de Remoção de Minas, Departamento de Estado

REDUÇÃO DE AMEAÇAS POR MEIO DE COOPERAÇÃO: REDUZINDO A QUANTIDADE DE ARMAS DE DESTRUIÇÃO EM MASSA 30
Dra. Susan Koch
Vice-Secretária Assistente de Defesa para Questões de Política de Redução de Ameaças

AMÉRICA CENTRAL: O AVANÇO DA DEMOCRACIA FORTALECE A PAZ E A SEGURANÇA 33
Entrevista com Paul Trivelli
Ex-Vice Diretor para Questões Referentes à América Central, Departmento de Estado

DADOS SOBRE AS QUESTÕES AQUI DISCUTIDAS

FATOS E NÚMEROS: PROTEGENDO AS INFRA-ESTRUTURAS CRÍTICAS DOS EUA 38
(Instrução nº 63, Emitida por Ordem do Presidente)

FATOS E NÚMEROS: COMBATENDO O TERRORISMO 40
(Instrução nº 62, Emitida por Ordem do Presidente)

FATOS E NÚMEROS: PREPARAÇÃO PARA UM ATAQUE POR MEIO DE ARMAS BIOLÓGICAS 41
(Documento Emitido pela Casa Branca em 22 de maio de 1998)

FATOS E NÚMEROS: PROGRAMA DO GOVERNO DOS ESTADOS UNIDOS PARA A REMOÇÃO HUMANITÁRIA DE MINAS 43
(Documento Emitido pelo Departamento de Estado em 20 de maio de 1998)

INFORMAÇÕES SOBRE MATERIAL ADICIONAL DE LEITURA

POLÍTICA DE SEGURANÇA DOS EUA NO MUNDO EM MUDANÇAS: AVISO SOBRE ARTIGOS 47
Resumos de artigos recentes

POLÍTICA DE SEGURANÇA DOS EUA NO MUNDO EM MUDANÇAS: BIBLIOGRAFIA 49
Realçando outras opiniões

POLÍTICA DE SEGURANÇA DOS EUA NO MUNDO EM MUDANÇAS: PRINCIPAIS SITES NA INTERNET 51
Links, na Internet, para recursos sobre questões de segurança

POLÍTICA EXTERNA DOS EUA
AGENDA

REVISTA ELETRÔNICA DA AGÊNCIA DE INFORMAÇÕES DOS ESTADOS UNIDOS VOLUME 3 • NÚMERO 3 • JULHO DE 1998

As revistas eletrônicas da USIA, publicadas e transmitidas para o mundo inteiro a cada três semanas, examinam as principais questões enfrentadas pelos Estados Unidos e pela comunidade internacional. As revistas — Perspectivas Econômicas, Questões Globais, Questões de Democracia, Agenda de Política Externa dos EUA, e Sociedade e Valores dos EUA — *apresentam análises, comentários, e informações de caráter geral sobre suas áreas temáticas. Todos os números aparecem em inglês, francês, e espanhol, e alguns números também aparecem em árabe, português e russo.*

As opiniões apresentadas nas revistas não refletem, necessariamente, as opiniões ou as políticas do governo dos Estados Unidos. Por favor observe que o USIS não assume nenhuma responsabilidade pelo conteúdo e nem pela continuidade do acesso, via Internet, aos sites para os quais há links nesta publicação. Os artigos podem ser reproduzidos e traduzidos fora dos Estados Unidos a não ser que haja menção a restrições de copyright nos artigos propriamente ditos.

Números atuais ou atrasados das revistas podem ser encontrados na Home Page Internacional da Agência de Informações dos Estados Unidos na World Wide Web, no seguinte endereço: "http://www.usia.gov/journals/journals.htm". As publicações se encontram disponíveis em vários formatos eletrônicos para facilitar a visualização on-line, a transferência, o download, e a impressão. Comentários são bem-vindos no seu escritório local do Serviço de Informações dos Estados Unidos (USIS) ou nos escritórios editoriais:

Editor, U.S. Foreign Policy Agenda
Political Security - I/TPS
U.S. Information Agency
301 4th Street, S.W.
Washington, D.C. 20547

E-mail: ejforpol@usia.gov

JORNALISTA RESPONSÁVEL . . . Judith S. Siegel
EDITORA . . . . . Leslie High
EDITORA EXECUTIVA. . . . . Margaret A. McKay
EDITORES ASSOCIADOS . . . . . Wayne Hall
. . . . . Guy Olson
COLABORADORES. . . . . Ralph Dannheisser
. . . . . Susan Ellis
. . . . . Dian McDonald
. . . . . Jacqui S. Porth
ESPECIALISTAS
EM REFERÊNCIA . . . . . Rebecca Ford-Mitchell
. . . . . Vivian Stahl
DIRETORA DE ARTE . . . . . Barbara Long
ASSISTENTE DE
ARTES GRÁFICAS . . . . . Sylvia Scott
CONSELHO EDITORIAL . . . . . Howard Cincotta
. . . . . John Davis Hamill
. . . . . Judith S. Siegel

Por favor observe que esta edição da Agenda de Política Externa dos EUA *pode ser encontrada na Home Page do USIS na World Wide Web, no seguinte endereço:"http://www.usia.gov/journals/itps/0798/ijpe/ijpe0798.htm".*

NOVAS AMEAÇAS À SEGURANÇA: A REAÇÃO DOS EUA

Entrevista com John D. Holum
Sub-Secretário de Estado Interino para Questões de Controle de Armamento e Segurança Internacional

A continuidade da existência de ameaças de terroristas – aliada à disponibilidade cada vez maior de armas nucleares, químicas e biológicas -- "faz com que o mundo se torne um lugar muito mais perigoso" para todos, diz Holum. E além disso, existe a ameaça da guerra de informação, que, segundo ele, pode danificar os elementos de uma sociedade moderna e funcional, "por meio de tipos de ataque não-convencionais". Holum é o subsecretário de Estado Interino para Questões de Controle de Armamento e Segurança Internacional, e diretor da Agência dos Estados Unidos para Controle de Armas e Desarmamento. A entrevista foi concedida ao nosso colaborador Jacqui Porth.

Pergunta: Os requisitos de segurança dos Estados Unidos mudaram muito no período pós-guerra fria. Onde havia uma ameaça única e identificável – a União Soviética – agora há muitas ameaças que requerem a atenção dos Estados Unidos. O senhor poderia falar sobre algumas delas e os desafios que elas representam para a segurança dos Estados Unidos?

Holum: Essas ameaças realmente mudaram toda a nossa perspectiva no mundo, e eu espero que a nova realidade tenha atingido o cerne da nossa filosofia de segurança. O ataque com gás sarin no metrô de Tóquio em 1995 é um exemplo do tipo de problemas que poderíamos enfrentar. Já não se trata mais do perigo de um míssil da União Soviética; agora estamos falando do perigo de um terrorista que pode trazer alguma coisa em uma mala, ou pode injetar alguma coisa em um reservatório de água, colocando em risco grandes segmentos da população.

A continuidade da existência de ameaças de terroristas – em conjunto com a disponibilidade cada vez maior de tecnologias nucleares, químicas e biológicas – faz com que o mundo se torne um lugar muito mais perigoso para todos nós. Se você pensar nos atentados a bomba ocorridos no World Trade Center, no Oklahoma Federal Center ou no Olympic Park em Atlanta, e se pensar em quanto mais sofrimento teria havido se armas de destruição em massa – mesmo as mais primitivas – tivessem sido usadas, você pode ter uma idéia do que nós poderíamos estar enfrentando.

P: O senhor falou na ameaça do terrorismo representado por armas nucleares, biológicas e químicas, mas até que ponto o senhor considera cada uma delas uma ameaça séria, e o que os Estados Unidos estão fazendo para enfrentar cada ameaça?

Holum: Todas elas são sérias. Eu acho que, levando em consideração os desafios, a ameaça que tem a mais remota probabilidade de se materializar é a nuclear. Por outro lado, as conseqüências potenciais mais graves são, provavelmente, as do terrorismo nuclear, e portanto, trata-se de uma coisa à qual devemos dedicar muita atenção.

É verdade que, com o fim da Guerra Fria, as armas nucleares estão sendo desmontadas e os materiais críticos para as armas nucleares estão sendo removidos. No entanto, na nossa opinião, eles não estão sendo armazenados com a devida segurança. E os sistemas de controle desses locais de armazenamento, e dos reatores nucleares de pesquisa na antiga União Soviética, são muito menos rigorosos do que eram antigamente.

Portanto, estamos trabalhando com muita energia no sentido de desenvolver, lá e em outros locais, sistemas de controle muito mais eficazes, inventários, consolidação de depósitos, e sistemas de segurança, para evitar o roubo ou o desvio dos materiais críticos para a fabricação de armas nucleares. Trata-se de uma questão extremamente importante, e apesar da sua probabilidade relativamente pequena como ameaça, ela ainda é significativa.

Acho que as armas químicas são as mais fáceis de serem usadas pelos terroristas porque elas podem ser feitas em um espaço relativamente pequeno e não requerem um nível muito elevado de competência técnica. E as

matérias-primas necessárias para a sua fabricação se encontram mais ou menos amplamente disponíveis.

As armas biológicas representam um meio-termo no que se refere à probabilidade de uso, pois elas representam um desafio tecnológico maior. Mesmo assim, as conseqüências poderiam ser horrendas.

A tendência geral é considerar as armas químicas e biológicas como um grupo, e colocar as armas nucleares em outra categoria. Mas eu acho que as armas biológicas estão mais próximas das armas nucleares em termos de potencial de destruição, porque as armas químicas se dispersam e se tornam menos mortais na atmosfera. As armas biológicas, se encontrarem o ambiente adequado, podem se multiplicar; elas são organismos vivos. E é preciso usar uma quantidade muito menor para provocar uma doença fatal. Além disso, eu as considero particularmente ultrajantes quando você leva em consideração o fato de que a humanidade vem trabalhando há tanto tempo para eliminar doenças temidas – antraz, a peste, e o botulismo – e agora, pessoas perversas estão, deliberadamente, preservando, cultivando e protegendo organismos maléficos para usá-los como armas de terrorismo

P: Quais são os planos dos Estados Unidos no sentido de reagir a essas ameaças em potencial?

Holum: Em todas as três temos nos esforçado, em nível internacional, para consolidar normas globais de comportamento contra a sua produção e utilização. O Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares e os esforços para implementá-lo por meio da Agência Internacional de Energia Atômica [International Atomic Energy Agency] (IAEA) estão indo muito bem. A Convenção Sobre Armas Químicas acabou de entrar em vigor e respectivo órgão de implementação (a Organização Para a Proibição de Armas Químicas) está sendo constituído.

A Convenção Sobre Armas Biológicas [Biological Weapons Convention] precisa ser fortalecida. Ela é muito forte no que diz respeito às suas proibições, mas é quase inteiramente voluntária. Precisamos ter um mecanismo mais forte para fazer com que a convenção seja observada. O presidente estabeleceu o ano de 1998 como um prazo para que nós completássemos um acordo básico. As negociações vêm sendo conduzidas desde 1995, e estamos trabalhando nisso com afinco.

Até agora só falamos da parte externa. Existe, também, muita coisa que precisa ser feita internamente. E tem havido muitas Instruções Emitidas por Ordem do Presidente que tratam da nossa capacidade de reagir por meio de sistemas que garantem o cumprimento da lei, o gerenciamento de crises, e a localização e apreensão dos autores de atentados. A Instrução mais recente é a de n.º 63, que trata da infra-estrutura crítica e das ameaças não convencionais e terrorismo.

P: O que o senhor tem a dizer sobre a natureza da ameaça de guerra da informação, não somente em termos de acesso não-autorizado aos sistemas de informática americanos, mas também a possível incapacitação dos serviços via satélite, e que esperança os Estados Unidos podem ter de contornar essa ameaça?

Holum: Existe a ameaça do que passou a ser conhecido como a "guerra da informação" ou a "guerra cibernética" e essa é a possibilidade de os hackers muito competentes entrarem nos nossos sistemas e desligarem malhas de distribuição de energia ou sistemas de controle de tráfego aéreo, ou destruir a nossa capacidade de operar sistemas de grande porte, ou até mesmo transferir dinheiro das contas de outras pessoas. O futuro traz consigo novos perigos, novas habilidades técnicas com as quais teremos que lidar. Essas habilidades estão sendo chamadas "armas de incapacitação em massa."

Algumas das nossas principais preocupações incluem a evolução de ferramentas de hackers que podem navegar pela Internet e podem permanecer on-line esperando uma vítima aparecer, e em seguida atacar e corromper um sistema, seja por sobrecarga ou por meio de falsas instruções, ou desabilitando-o de qualquer outra forma. Isso pode ser feito por meio de linhas telefônicas internacionais, e pode vir de uma fonte aparentemente inocente, de modo que os rastros do intruso são ocultados. E a nossa capacidade para lidar com essa ameaça é, na verdade, muito limitada.

Sabemos que países como o Irã, o Iraque, e a Líbia estão enveredando pelos caminhos da guerra de informação. Sabemos que o nosso próprio Departamento de Defesa está sendo alvo, umas 600 vezes por semana, se não me

engano, de tentativas de penetrar nos nossos sistemas de informática. Algumas pessoas que fazem isso podem ser consideradas "autores de brincadeiras inocentes", embora não haja nada de engraçado nisso, e algumas podem estar tentando corromper, intencionalmente, o sistema.

Reconhecendo as dimensões internacionais disso, há também a possibilidade de colaborarmos com outros – primeiro, elevando o nível de conscientização sobre o problema, e segundo, estabelecendo convenções internacionais para a proteção de sistemas de informática. Não porque, como no caso do controle de armamentos, a convenção propriamente vai resolver o problema, mas porque ela nos proporciona uma ferramenta através da qual podemos fazer um esforço conjunto para lidar com esses inimigos cibernéticos, por assim dizer

P: O senhor mencionou riscos aos reservatórios de água, mas até que ponto o senhor acha que as ameaças de terrorismo ambiental são reais? Estou me lembrando da Guerra do Golfo, em que o Iraque lançou mão de incêndios em poços de petróleo.

Holum: Acho que a ameaça é muito real, e esse é um bom exemplo de uma circunstância em que ela realmente foi usada. Na verdade, naquela época, eu estava no setor privado, trabalhando como advogado, representando uma empresa que estava envolvida na limpeza, e portanto eu acompanhei bem de perto os incêndios nos poços de petróleo. Para mim, é difícil imaginar que alguém poderia, deliberadamente, provocar um desastre físico tão horrível: a fumaça, os vapores, e a poluição da água e do ar eram coisas simplesmente incríveis de se ver. E você pode imaginar muitas coisas que poderiam ser feitas facilmente para causar danos similares, seja por meio da introdução de agentes tóxicos como doenças, armas biológicas, ou simplesmente pilhagem.

P: Quais são as prioridades dos Estados Unidos no esforço contínuo para eliminar a proliferação das armas de destruição em massa?

Holum: São realmente as três que mencionei – armas nucleares, químicas e biológicas – além dos mísseis. Esforços estão sendo feitos em todas essas áreas.

Eu gostaria de chamar a atenção para o trabalho de linha de frente dos esforços para a não-proliferação – uma coisa que raramente é vista em público, mas que acontece de maneira coerente e agressiva. Trata-se do trabalhoso processo de examinar relatórios de inteligência, de identificar carregamentos de materiais perigosos – um ingrediente de arma química, um meio para o crescimento de armas biológicas, ou aços especiais que poderiam ser usados na fabricação de mísseis – e interceptar esses carregamentos, e em seguida ir até a fonte e dizer, "Alguém no seu país vai vender para o Irã um aço especial que se destina ao seu programa de mísseis. Você deve impedir isso, pois você tem uma obrigação política internacional, de acordo com o Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis, de não permitir que tal coisa aconteça.

É nessas circunstâncias que o trabalho diário de não-proliferação é feito. Isso ilustra todos os elementos de uma estratégia bem sucedida. Você tem que ter uma obrigação política, pelo menos, para poder se dirigir ao país envolvido e dizer: "Fazer com que isso pare é responsabilidade sua." Você tem que ter a tecnologia e o equipamento de detecção para poder descobrir o que está acontecendo. Você pode descobrir através de fontes de inteligência; ou por meio de detectores de radiação que são instalados nas fronteiras. A tecnologia está evoluindo. E você precisa ter recursos diplomáticos no local, para tentar interceptar os carregamentos.

P: Por que os Estados Unidos estão promovendo o banimento do material físsil para armas nucleares? Qual é a estratégia dos Estados Unidos e o que é que o governo dos Estados Unidos quer que outras nações façam?

Holum: O Tratado Para o Corte de Material Físsil é a maneira de confirmar, para nós e para os outros países que possuem armas nucleares, a impossibilidade de reiniciar uma corrida armamentista. É mais uma etapa rumo à eliminação final das armas nucleares. É difícil imaginar como poderíamos controlar, de maneira eficaz, e no final, eliminar as armas nucleares. se ainda produzimos o ingrediente básico. Portanto, para nós, trata-se de um fator limitante. O tratado consolidará as providências que tomamos até agora para conseguir o desarmamento nuclear.

Ele é também uma forma de evitar que o problema se agrave, por exemplo, no sul da Ásia. Se a Índia e o

Paquistão participassem de tal tratado, não resolveríamos o problema nuclear na região, mas teríamos um meio de evitar que o problema assumisse proporções mais sérias do que as atuais. Ele pode ajudar a evitar uma corrida armamentista.

Temos essas negociações como objetivo desde 1995, na Conferência Sobre o Desarmamento. Até o momento, não conseguimos iniciar nenhuma negociação, embora a Assembléia Geral das Nações Unidas tenha endossado um mandato de negociação, em grande parte devido ao fato de que a Índia se opôs às negociações. Recentemente, esse país sinalizou sua disponibilidade para prosseguir com as negociações.

P: Diplomática ou publicamente?

Holum: Pública e diplomaticamente. O Paquistão argumentou, na Conferência Sobre Desarmamento, que a limitação deve cobrir os estoques atuais de material físsil. Isso seria muito difícil de se fazer em um regime internacional porque você teria que envolver a comunidade internacional quando chegasse a hora de decidir a quantidade de armamento que cada país poderia ter. A questão dos estoques existentes deve ser tratada por meio de negociações regionais ou bilaterais. Mas ainda temos esperança de que haverá um mandato que permita a realização das negociações na Conferência Sobre o Desarmamento.

Enquanto isso, continuamos envidando nossos próprios esforços, tanto bilateralmente com os russos quanto trilateralmente entre a Rússia, os Estados Unidos e a Agência Internacional de Energia Atômica [International Atomic Energy Agency - IAEA]. Identificamos mais de 200 toneladas de material. Parte desse material ainda não se encontra em condições de ser colocado sob a guarda da IAEA, mas já colocamos 12 toneladas à disposição da IAEA e mais material está a caminho.

P: Em termos de ameaças regionais, até que ponto os Estados Unidos estão preparados para enfrentar esses desafios sozinhos e em que circunstâncias os países deverão formar coalizões para trabalharem juntos em uma crise?

Holum: Eu acho que sempre é crucial ter a maior participação internacional possível. Por exemplo, na questão da Bósnia, e na maneira pela qual abordamos a atual crise em Kosovo, com certeza é altamente desejável que tenhamos uma coalizão de forças. Os Estados Unidos têm que estar preparados para agir unilateralmente quando as circunstâncias o exigirem, mas como você já viu na nossa prática de política de segurança internacional, nós trabalhamos escrupulosamente no sentido de formar e manter coalizões.

P: O que os Estados Unidos estão fazendo para mudar a imagem segundo a qual, na condição de única superpotência remanescente no mundo, se tornaram uma nação "arrogante" no exercício do poder?

Holum: Trata-se de um problema muito complexo porque há uma tentação, internacionalmente, mais ou menos reflexiva, de dizer que estamos praticando a hegemonia. Acho que a resposta é que lutamos pelos nossos interesses internacionais tendo como base nossos valores e ideais. Acho que, de modo geral, podemos explicar nossa abordagem nesses termos.

Se estamos defendendo a causa da democracia ou a importância de combater as armas de destruição em massa, se estamos tentando cumprir o papel de pacificador, é óbvio que isso afeta os nossos interesses, mas isso também atende a uma finalidade mais elevada do que simplesmente o interesse nacional. Isso, mais do que qualquer outra coisa, nos ajudará a manter nossa imagem de país que exerce uma influência construtiva no mundo, em vez de um país que está apenas tentando se impor sobre os outros.

É também importante que estabeleçamos nosso diálogo com outros países de forma respeitosa. Pelo que tenho visto desde que voltei a trabalhar para o governo em 1993, realmente está sendo feito um esforço muito consciente nesse sentido. Não há uma tendência marcante, na nossa diplomacia, a sugerir que os países façam coisas porque nós assim desejamos, e sim porque trata-se do seu próprio interesse nacional. Acho que nos esforçamos, com o maior cuidado, para garantir que nossas relações se baseiem no respeito pelo ponto de vista do país e pelas suas necessidades de segurança.

P: O senhor poderia avaliar a função de resolução de conflitos e diplomacia preventiva no que diz respeito à formulação da política de segurança dos Estados Unidos?

Holum: Trata-se de um dos principais aspectos da nossa presença internacional. Uma das coisas nas quais estamos envolvidos rotineiramente é a tentativa de desenvolver diálogos entre antagonistas em potencial bem antes do início de um conflito. Os tipos de diplomacia que empregamos no Oriente Médio, na Bósnia e em outros focos de tensão são bem conhecidos. Há um esforço menos visível mas não menos importante, onde quer que haja um conflito em potencial, no sentido de agir como facilitador, para ajudar as partes a dialogar diretamente: no mar Egeu, por exemplo; na Etiópia e na Eritréia; e em uma série de outros lugares.

Uma área na qual eu estou muito envolvido refere-se ao risco de corridas armamentistas que envolvem armas convencionais, assim como armas de destruição em massa. Demos uma grande prioridade, por exemplo, às providências básicas para o estabelecimento de um clima de confiança na América Latina – declarações de poderio militar e notificação antecipada, aos países vizinhos, sobre grandes compras de armamento. Essas últimas, pela sua própria natureza, trazem consigo a necessidade de que você discuta, com os seus países vizinhos, os motivos que o levaram a tomar tal atitude. E os diálogos sobre a segurança, entre as autoridades civis e militares, podem ser uma maneira de diminuir o perigo dos recursos militares existentes, e de outros momentos imprevistos de tensão no futuro.

P: O programa da Parceria Para a Paz tem sido um grande sucesso para os antigos países do Pacto de Varsóvia e outros. De que forma o conceito de parceria se tornou uma base para as relações estratégicas em outros lugares?

Holum: Na cúpula da China, em junho, o termo "parceria estratégica" foi usado com bastante freqüência. Esta parceria é, obviamente, de um tipo diferente daquela que desenvolvemos na Parceria Para a Paz na Europa, mas ela possui uma conotação similar: estamos procurando maneiras de ficar no mesmo lado da mesa, junto com alguns países, reconhecendo que temos diferenças em muitos casos, mas mesmo assim tentando nos unir e procurar atingir um objetivo comum, seja ele a não-proliferação, o progresso econômico, ou a proteção contra as mudanças climáticas. Portanto, eu acho que o conceito de parceria tem um amplo significado em nível internacional. De fato, ele é um dos principais argumentos contra a tese de que os Estados Unidos estão tentando se impor. O que estamos realmente procurando são meios de criar uma causa comum com países de mentalidade similar, a respeito de requisitos de alta prioridade.

P: Que implicações tem um fenômeno puramente econômico como a crise financeira da Ásia para os interesses de segurança dos Estados Unidos?

Holum: Há algumas implicações imediatas, pois os países que se encontram em dificuldades econômicas – como certamente tem sido o caso no leste da Ásia – tendem a reduzir o ritmo da modernização dos seus sistemas de defesa. Por causa das nossas relações econômicas, isso é preocupante. Além disso, existe uma preocupação de que o colapso econômico possa causar problemas de segurança, levando à instabilidade regional e, possivelmente, a conflitos internacionais, e certamente a disfunções internas em alguns países-chave. Portanto, há uma importante dimensão de segurança. É por isso que tendemos a argumentar que eventos como esses na Tailândia ou na Indonésia não são fenômenos puramente políticos, pois eles possuem dimensões políticas e de segurança.

P: Quais serão as principais preocupações no século XXI para a política de segurança dos Estados Unidos?

Holum: Eu sempre tenho uma tendência a pensar em segurança como uma coisa que afeta o cidadão americano médio, e em seguida a examinar as dimensões internacionais desse fato. Infelizmente acho que continuaremos a conviver com os perigos das drogas e do terrorismo. Precisamos chegar a um acordo político nos Estados Unidos sobre a importância de questões como o meio ambiente e as mudanças climáticas, que terão um enorme impacto no futuro.

Acho que as armas de destruição em massa inevitavelmente farão parte da pauta de discussões. Acho que estamos progredindo. Progredimos muito nos últimos quatro ou cinco anos, mas a dificuldade é que a tecnologia também evoluiu. A tecnologia está mais acessível, e portanto o risco – apesar dos nossos ganhos – ainda é muito significativo. E há toda uma nova classe de perigos para a nossa infra-estrutura crítica – seja os seus sistemas de informática, ou sistemas de transporte, ou estrutura energética. Todos os componentes que fazem com que uma sociedade moderna funcione podem correr riscos devido a tipos não convencionais de ataque.

ENFRENTANDO A AMEAÇA DAS ARMAS DE DESTRUIÇÃO EM MASSA

William Cohen
Secretário de Defesa

Não existe uma "única reação" para a ameaça das armas de destruição em massa, diz Cohen. "Em vez disso," ele avisa, "temos que impedir a disseminação" de tais armas; "temos que nos proteger, desencorajando o uso dessas armas, e temos que nos preparar para a possibilidade de elas serem usadas nos Estados Unidos."

Vivemos em um mundo no qual armas mais poderosas se encontram em poder de pessoas mais inescrupulosas que têm a maior probabilidade de usá-las. Fazer frente à ameaça das armas de destruição em massa, na verdade, pode representar o mais importante desafio à segurança na próxima década.

O Iraque faz parte de um grupo de pelo menos 25 países que já possuem ou estão desenvolvendo armas nucleares, biológicas, ou químicas, e os meios de lançá-las. Entre esses países, muitos possuem ligações com terroristas, fanáticos religiosos, ou grupos de crime organizado que também pretendem usar essas armas. Sabemos que as armas químicas e biológicas, são a bomba atômica dos pobres – mais baratas, mais fáceis de fazer, e extremamente mortais.

A superioridade militar americana apresenta um paradoxo. Como nossos adversários em potencial sabem que não podem vencer se ameaçarem as forças dos Estados Unidos pela maneira convencional, é mais provável que eles procurem utilizar métodos não convencionais ou assimétricos, como armas biológicas ou químicas. Mas não podemos permitir que essa nossa vulnerabilidade se transforme no nosso calcanhar de Aquiles.

Este é o motivo pelo qual eu determinei que fosse criado um novo órgão governamental, a Agência Para a Redução de Ameaças à Defesa [Defense Threat Reduction Agency] (DTRA), que começará a funcionar em outubro. A Agência consolidará os seguintes órgãos atuais: a Agência de Inspeção Local [On-Site Inspection Agency], a Agência de Armas Especiais de Defesa [Defense Special Weapons Agency], e a Administração de Segurança de Tecnologia de Defesa [Defense Technology Security Administration], e absorverá parte das funções de programas que, até agora, têm sido responsabilidade do assistente do secretário de defesa para os programas de defesa nucleares, químicos e biológicos.

A DTRA funcionará como o ponto focal do departamento para o nosso trabalho técnico e a nossa análise intelectual, que se fazem necessários para enfrentar essa ameaça, reconhecendo que essas armas podem ser usadas – e usadas cedo – em campos de batalha no futuro, e isso, agora, é um elemento-chave no nosso planejamento de guerra. Por outro lado, reconhecemos que não existe uma solução mágica. Não existe uma única reação que nos permita enfrentar essas ameaça. Em vez disso, temos que evitar a disseminação das armas de destruição em massa. Temos que nos proteger, desencorajando o seu uso, e temos que estar preparados para a possibilidade do seu uso nos Estados Unidos.

A prevenção tem que ser a nossa primeira e principal linha de defesa. Por meio do nosso Programa de Cooperação Para a Redução da Ameaça Nuclear, também conhecido como programa Nunn-Lugar, estamos ajudando a destruir e a desmontar armas nucleares e químicas na antiga União Soviética. Estamos também participando ativamente de uma série de regimes de controle de armamento e de não-proliferação que reduzem a possibilidade de estados não confiáveis adquirirem essas armas de destruição em massa.

Por outro lado, eu reconheço que apesar de todos esses esforços, provavelmente haverá proliferação de armas. Portanto, a segunda linha de defesa deve ser a seguinte:

devemos nos proteger por meio da dissuasão e por meio da defesa. Deixamos bem claro para o Iraque e para o resto do mundo que, se qualquer terrorista ou nação pensar em usar armas de destruição em massa – químicas, biológicas, ou de qualquer outro tipo – contra as nossas forças, nossa reação será fulminante e devastadora.

Mas nós também dissuadimos nossos adversários certificando-nos de que as nossas forças estão prontas para lutar e para vencer em qualquer campo de batalha, até mesmo em um campo que tenha sido contaminado. Portanto, em dezembro, eu determinei que fossem acrescentados mais um bilhão de dólares ao nosso atual orçamento para mecanismos e métodos de defesa. Acrescentamos um bilhão de dólares no decorrer de um período de cinco anos, aos aproximadamente 3,4 ou 3,5 bilhões de dólares que já possuímos no nosso orçamento com essa finalidade. O objetivo disso é aperfeiçoar a capacidade que as nossas forças têm de encontrar e destruir essas armas antes que elas sejam usadas contra nossas tropas; armar nossas tropas com os mais avançados equipamentos de detecção e descontaminação; e equipá-las com novos trajes de proteção, mais leves.

Começamos a vacinar os membros das nossas forças armadas no Golfo Pérsico este ano contra o mortal vírus antraz, e continuaremos até que todas as nossas tropas no mundo inteiro estejam imunizadas, nos próximos cinco a sete anos. Agimos dessa forma porque a defesa propriamente dita funciona como meio de dissuasão. Quanto mais preparadas as nossas forças estiverem, menor será a probabilidade de as mesmas serem atacadas e maior será a probabilidade desses adversários em potencial serem dissuadidos até mesmo de pensar nisso.

Mas estou ciente de que as linhas de frente já não estão apenas nos outros continentes; elas estão também no território continental dos Estados Unidos. Cinco anos atrás, seis pessoas foram mortas e centenas ficaram feridas, por ocasião da explosão no World Trade Center. Três anos atrás, o ataque com gás Sarin ao metrô de Tóquio matou dezenas de pessoas e causou lesões em muitas outras. Alguns acreditam que esse tipo de ataque químico ou biológico ou catástrofe é inevitável nos Estados Unidos. Nada é inevitável até o momento em que acontece, mas temos que nos preparar para esse potencial.

Portanto, estamos construindo uma terceira linha de defesa, baseada na preparação interna. O Departamento de Defesa está liderando um esforço, em nível federal, para treinar as pessoas responsáveis pela primeira reação em 120 cidades americanas. A polícia, os bombeiros, e o pessoal de resgate, que serão os primeiros a chegarem ao local de um ataque – agora estamos ajudando a preparar essas pessoas.

Além disso, criamos as primeiras equipes de avaliação rápida, em âmbito nacional, das forças armadas, para garantir que o Departamento de Defesa esteja ainda mais preparado, com 10 equipes separadas e especiais da Guarda Nacional que serão totalmente dedicadas ao auxílio às autoridades civis locais no caso de um ataque químico ou biológico. Essas equipes, que serão baseadas na Califórnia, Colorado, Geórgia, Illinois, Massachusetts, Missouri, Nova York, Pensilvânia, Texas, e Washington, foram criadas para chegar rápido ao local, avaliar a situação e em seguida, ajudar as autoridades locais a identificar os tipos de recursos militares federais que podem ser necessários para combater um ataque ou reagir a um incidente.

As unidades de reserva já treinadas para reagir a tais ataques no exterior receberão mais treinamento e equipamentos, e oportunidades para ajudar, dentro do território nacional. Começando com uma capacidade limitada de reação no exercício de 1999, nosso plano é de ter elementos da Guarda e da Reserva totalmente desenvolvidos e operacionais após o exercício de 2000.

As dez equipes de avaliação rápida da Guarda Nacional serão complementadas e apoiadas por 120 equipes de descontaminação e 54 unidades de reconhecimento, oriundas da estrutura atual da força de reserva, que receberão treinamento especial e equipamentos opcionais para que possam cumprir uma missão de reação e apoio.
Essa iniciativa será a pedra fundamental da nossa estratégia para preparar a defesa dos Estados Unidos contra uma possível utilização de armas de destruição em massa.

PROMOVENDO A ESTABILIDADE POLÍTICA E ECONÔMICA PELA CONSOLIDAÇÃO DA DEMOCRACIA

Entrevista com Steven Coffey
Principal Vice-Secretário de Estado Assistente
Escritório de Democracia, Direitos Humanos, e Trabalho

Existe uma ligação clara entre as instituições democráticas e a estabilidade política e econômica, diz Steven Coffey, principal vice-secretário de Estado assistente Para Questões de Democracia, Direitos Humanos e Trabalho. Os Estados Unidos "continuarão a promover a democracia e a apoiar as instituições democráticas, em uma grande variedade de programas em muitas frentes," ele diz. Uma das prioridades dos Estados Unidos tem sido apoiar os esforços para o cumprimento da lei, o que, segundo Coffey, é "de importância vital como uma espécie de ponto focal que reúne o processo de democratização, as mudanças econômicas e um respeito maior pelos direitos humanos."
Coffey foi entrevistado por Dian McDonald.

Pergunta: Como o senhor caracterizaria a relação entre a democratização e a estabilidade política?

Coffey: Vimos, na atual crise financeira asiática, a ligação que existe entre as instituições democráticas e a estabilidade política e econômica. Os países que têm sobrevivido à crise em melhores condições, pelo menos até agora, têm sido os que possuem instituições democráticas – por exemplo, a Coréia do Sul e a Tailândia. E eu acho que o motivo para isso é claro. Essas crises requerem sacrifícios por parte da população, e os governos nos quais o próprio povo participa estão em uma situação muito melhor para pedir sacrifícios do que os governos que excluem a participação popular.

A Indonésia – o país que passou por uma das experiências mais difíceis com a crise financeira – é um país onde não tem ocorrido participação popular. Espera-se, que com as mudanças que recentemente ocorreram, a Indonésia agora esteja em um trajetória positiva. Mas os problemas são claros, e a relação entre a participação política e a estabilidade foi ressaltada com muita clareza. E esse é um dos motivos pelos quais é tão importante promover a consolidação das instituições democráticas no mundo inteiro.

P: Até que ponto o desenvolvimento dos objetivos de segurança dos Estados Unidos no mundo inteiro estão ligados às iniciativas para a consolidação da democracia?

Coffey: As políticas externas de um governo têm uma ligação muito estreita com a sua estrutura política externa. Os intelectuais estão discutindo se as democracias são, por natureza, mais pacíficas do que os outros tipos de governo. Mas sabe-se muito bem que, pelo menos, é raro uma democracia entrar em guerra com outra. As democracias relutam mais em entrar em guerra, na minha opinião, porque as pessoas que se sacrificam na guerra geralmente são pessoas comuns, e quando os cidadãos comuns participam nas decisões sobre guerra ou paz, eles analisam a situação para ver se o que está em jogo justifica o custo previsto.

Para mim está claro que se o Iraque tivesse um governo diferente e se o povo do Iraque tivesse alguma influência sobre o seu governo, as políticas do Iraque seriam muito diferentes. As políticas do governo do Iraque não têm nenhuma relação com os interesses do povo iraquiano.

Portanto, nesse sentido, a forma de governo de um país pode ter um papel muito importante na determinação da sua política externa.

O melhor exemplo disso seria a Rússia. Obviamente houve uma grande mudança em perspectiva na Rússia, em relação ao resto do mundo, como resultado do colapso do comunismo. A ideologia comunista definia uma relação de muito antagonismo entre a Rússia e o que era conhecido como o "mundo capitalista". O atual governo russo, eleito pelo povo e representando uma ampla variedade de interesses nacionais, passou a definir a relação da Rússia com o resto do mundo de

maneira diferente. E é por isso que o processo contínuo das reformas políticas e econômicas na Rússia é importante. À medida que a Rússia se tornar mais democrática, ela encontrará interesse em um envolvimento ainda maior na comunidade internacional, e a sua política externa refletirá esse interesse.

P: Quais são os principais obstáculos aos esforços para estimular o maior crescimento da democratização no mundo inteiro?

Coffey: Existem muitos. Acho que um dos principais impedimentos em países como a Rússia é a inércia. A mudança das estruturas governamentais e econômicas é um processo difícil e demorado. Além disso estamos vendo o surgimento de conflitos étnicos em lugares como a antiga Iugoslávia, Ruanda e Burundi. O nacionalismo extremo impede a formação de instituições democráticas, justifica a repressão e a falta de participação popular. Em muitas partes do mundo, temos visto o enfraquecimento ou o quase desaparecimento da autoridade governamental, e o vácuo político tem sido preenchido pela corrupção, pelo crime organizado, e pelas gangues. Isso também é um grande obstáculo para as mudanças democráticas.

P: Atualmente, qual é a principal prioridade do governo no que se refere à consolidação da democracia e aos direitos humanos?

Coffey: Continuaremos a promover a democracia e a apoiar as instituições democráticas por meio de uma grande variedade de programas, em muitas frentes. Continuaremos a dar apoio aos processos eleitorais, às instituições políticas representativas, como os parlamentos. Em muitos lugares, essas instituições acabam de ser criadas. Elas são carentes de experiência e recursos. Para nós, é importante dar continuidade a esse trabalho.

Uma das mais altas prioridades tem sido a melhoria dos nossos esforços para o cumprimento da lei. Temos tido programas para o cumprimento da lei, que são enormemente importantes, há vários anos, mas estamos tentando dar maior coerência a esses esforços. A secretária de Estado Albright, por exemplo, que está muito interessada nessa área, gostaria que nós nos esforçássemos mais para tentar garantir que o trabalho dos vários órgãos e instituições governamentais que promovem o cumprimento da lei seja bem coordenado. No ano passado, ela convidou Paul Gewirtz, da Faculdade de Direito de Harvard, para examinar os nossos programas de cumprimento da lei em nível mundial.

A secretária e o presidente estão interessados no cumprimento da lei porque isso é muito importante como uma espécie de ponto focal que reúne o processo de democratização, as mudanças de ordem econômica, e um respeito maior pelos direitos humanos. Os níveis de autoridade com os quais a maioria dos indivíduos, na maioria dos lugares, entra em contato com a maior freqüência são as instituições policiais e jurídicas. E se essas instituições forem corruptas, se elas não forem imparciais, a interação dos cidadãos com as autoridades tende a ser negativa. Portanto, essas instituições têm, de fato, uma importância fundamental na proteção dos direitos dos cidadãos comuns e na formação da sua atitude no que diz respeito às autoridades.

P: Quais são as regiões do mundo que, no momento, são o foco dos esforços e iniciativas dos Estados Unidos nessa área?

Coffey: Nós não atribuímos prioridade especial a nenhum continente; temos programas em todos os continentes. Temos dado muita atenção à promoção de instituições democráticas, instituições jurídicas, livre imprensa, e direitos humanos, na antiga União Soviética, na Europa Central, na África e na América Latina. A promoção do cumprimento da lei na China será importante para o desenvolvimento daquele país e teve um destaque especial durante a recente reunião dos líderes dos Estados Unidos e da China, em Pequim. Esta é uma área de cooperação futura entre os Estados Unidos e a China.

P: No contexto de uma região específica do mundo, o senhor poderia descrever de que forma os objetivos de consolidação da democracia dos Estados Unidos têm melhorado a segurança regional?

Coffey: Este certamente tem sido o caso na Europa Central, na Europa Oriental, e na antiga União Soviética. Não quero atribuir as mudanças nessas áreas aos programas dos Estados Unidos. Há muitas causas para as mudanças, e na minha opinião, a maioria delas

é interna, é dos próprios países. A política dos Estados Unidos agiu no sentido de promover mudanças, mas no que diz respeito aos nossos programas, basicamente o que fizemos foi ajudar esses países a atingir os objetivos que eles estabeleceram para si próprios.

Se você examinar a situação na Europa Central, em termos de segurança, você verá uma enorme mudança. Uma década atrás, uma Cortina de Ferro dividia a Europa pelo meio. A Alemanha estava dividida. Algumas das maiores tensões da Guerra Fria envolviam aquela região. Com o colapso do comunismo, houve uma enorme transformação no ambiente de segurança da Europa. As tropas russas saíram da Alemanha e dos países do Báltico, e os países da Europa Central recuperaram sua independência. A divisão entre o Oriente e o Ocidente foi extinta. A OTAN, no momento está se expandindo, de modo a incluir alguns desses países. Ao mesmo tempo, a melhoria da unidade européia por meio da expansão da União Européia ocupa uma posição de destaque na pauta de discussões.

P: Quais são os principais fatores que levaram à disseminação da democratização na África?

Coffey: Acho que há muitos fatores. Alguns deles são globais, alguns têm uma relação com os fatos que estão contribuindo para a disseminação da democracia em todos os lugares. A revolução das comunicações tem tido um papel muito importante nesse ponto. Estamos, de fato, vivendo em uma aldeia global. Em todos os lugares, as pessoas sabem o que acontece em todos os lugares, e isso afeta a relação do indivíduo com a autoridade em todos os lugares. É impossível controlar as informações.

Uma das maiores forças para a promoção da democracia foi o fim do apartheid na África do Sul e o surgimento de uma nova África do Sul, uma África do Sul multirracial e democrática. Nelson Mandela deu um tremendo ímpeto à promoção da democracia na África. Agora temos, no continente africano, um brilhante exemplo de mudança política. Não quero subestimar os desafios que a África do Sul enfrenta, mas acho que a história do país é uma história de sucesso, e outros africanos vêem a África do Sul como exemplo.

P: A democracia tem uma base forte no Haiti, e o senhor acredita que o processo de democratização levará à estabilidade a longo prazo no país?

Coffey: É difícil dizer que a democratização tem uma base firme em qualquer lugar. A democracia é uma coisa que sempre tem que ser conquistada. É uma coisa que sempre tem que ser protegida. O que aconteceu no Haiti certamente deu ao Haiti uma chance de progredir no que diz respeito à democracia. Não há dúvida de que o Haiti está enfrentando desafios, mas houve uma tremenda mudança para melhor. Ainda há alguma violência, mas houve uma redução substancial em relação à situação vigente antes da intervenção da comunidade internacional. Isso se reflete nas tendências de emigração. As pessoas estavam entrando em barcos e arriscando suas vidas para fugir do Haiti poucos anos atrás. Essa situação mudou. Ainda precisa haver muito progresso nas instituições econômicas, jurídicas e políticas. Há uma necessidade de um esforço contínuo por parte dos haitianos, e é preciso que haja um envolvimento contínuo da comunidade internacional em muitas áreas importantes. Mas eu acho que o Haiti agora está no caminho positivo e há motivo para esperança no que diz respeito a mais avanços.

P: É dada a consideração merecida à resolução de conflitos e à diplomacia preventiva na Europa Oriental e na CEI (Comunidade de Estados Independentes)?

Coffey: O governo dos Estados Unidos tem dado muita atenção à resolução de conflitos e à diplomacia preventiva na CEI e na Europa Oriental. Nossos esforços para a resolução de conflitos são bem conhecidos. A nossa experiência com a Bósnia, a antiga Iugoslávia, os Acordos de Dayton—todo o processo reforça a importância que temos dado à resolução de conflitos naquela parte do mundo. Estamos também muito envolvidos na resolução de outros conflitos que são menos conhecidos, ou que pelo menos não aparecem nas primeiras páginas dos jornais. Por exemplo, o conflito entre a Armênia e o Azerbaijão por causa de Nagorno-Karabakh. Estamos tentando promover o processo da OSCE (Organization for Security and Cooperation in Europe) [Organização Para a Segurança e Cooperação na Europa] e do Grupo de Minsk para resolver esse conflito. Demos todo o apoio ao esforço da OSCE na resolução do conflito na Chechênia. Também apoiamos a OSCE e a ONU no esforço para resolver o conflito entre a Geórgia e a Abkázia.

Uma das verdadeiras histórias de sucesso que não foram contadas, nesse esforço, é a que ocorreu nos países do Báltico. Nos primeiros dias desses países, logo após eles terem reconquistado a independência, havia um potencial considerável para fricção entre as comunidades russas e as comunidades da Estônia, Letônia e Lituânia. Os Estados Unidos, em conjunto com a OSCE, trabalharam muito diligentemente para promover a reconciliação.

P: Como o senhor vê o papel das organizações não-governamentais (ONGs) no apoio à segurança regional?

Coffey: As ONGs são essenciais para todos os programas sobre os quais falamos até agora. Se você partir da premissa de que a democracia é importante para a segurança nacional e que instituições transparentes e abertas – incluindo a mídia e as instituições econômicas, governamentais e jurídicas – são importantes para a segurança global, você tem que reconhecer que as ONGs desempenham um papel muito importante. As ONGs não apenas executam o trabalho prático de construir essas instituições; elas também são uma expressão importante da sociedade civil, por seus próprios méritos. Não se pode ter uma democracia que funcione sem elas.

As ONGs no campo dos direitos humanos são particularmente importantes. A promoção dos direitos humanos já não é mais, principalmente, um esforço dos governos, embora os governos tenham um papel extremamente importante nessa questão. Quem realmente abre caminho são as ONGs, porque elas estão na linha de frente denunciando os abusos, e freqüentemente apresentando as soluções e os remédios para os abusos.

P: Os ideais da sociedade civil são facilmente transmitidos para as democracias emergentes?

Coffey: Isso depende das circunstâncias em cada país. Mas freqüentemente as pessoas aprendem muito rapidamente. Fiquei impressionado com isso durante a minha relação com a Rússia com o correr do tempo. Trabalhei na Rússia de 1980 até 1983 e depois disso, sempre tenho ido lá. Mas entre 1987 e 1991, não tive oportunidade de visitar o país. Quando voltei, em 1992, fiquei impressionado de ver as mudanças na sensibilidade das pessoas – especialmente os jovens, as mudanças nas suas expectativas, a mudança na sua disposição para participar e para se envolver. Isso foi o produto das mudanças iniciadas sob a liderança de Gorbachev. Quando o medo desapareceu, quando os jovens viam que podiam dizer e fazer coisas que antes eram proibidas, eles aproveitaram as oportunidades rapidamente.

É claro que o problema, na Rússia e em muitos outros lugares, é que o ritmo da mudança não é uniforme – geograficamente ou por faixas etárias. Os mais jovens geralmente se adaptam melhor e aceitam as mudanças com mais facilidade. Não devemos assumir que a batalha está vencida e que a democracia, inevitavelmente, sairá vitoriosa em todos os lugares. Haverá reveses. As economias em alguns países estão muito frágeis. E se essas economias entrarem em colapso, haverá ramificações políticas importantes. Mas eu acredito que, com o tempo e com a continuidade das circunstâncias propícias, veremos uma expansão maior da democracia no mundo inteiro. ◉

ELIMINANDO MINAS TERRESTRES: HORA DE AGIR

Embaixador Karl Inderfurth
Representante Especial dos Estados Unidos Para Remoção Humanitária de Minas em Nível Mundial

"Os Estados Unidos estão empenhados em trabalhar com os seus parceiros na comunidade internacional para acabar, até 2010, com o flagelo das minas terrestres que ameaçam civis inocentes," diz Inderfurth. A Conferência de Washington Sobre a Remoção Humanitária de Minas em Nível Mundial e eventos similares recentes mobilizaram a atenção, recursos e a coordenação internacional, e "Acreditamos que agora já existe uma base firme para atingir esse objetivo," ele observa. Inderfurth é o Representante Especial dos Estados Unidos, em Nome do Presidente e da Secretária de Estado para Remoção de Minas em Nível Mundial, e Secretário-Assistente de Estado para Questões Referentes ao Sul da Ásia.

Ao nos aproximarmos do fim do século XX, o uso indiscriminado de minas terrestres antipessoais se tornou um legado trágico das guerras civis no mundo inteiro. De acordo com as estimativas do Comitê Internacional da Cruz Vermelha, as minas terrestres são responsáveis por aproximadamente 26.000 vítimas por ano. As minas terrestres são um obstáculo para os esforços internacionais para ajudar os países devastados pela guerra a recuperar suas infra-estruturas econômicas e sociais. Elas desviam bilhões de dólares de assistência de desenvolvimento econômico para a remoção dos escombros da guerra. Além disso, elas impedem que grandes extensões de terra sejam utilizadas para fins benéficos, como a agricultura e o reassentamento de refugiados.

Como disse a secretária de Estado Madeleine Albright nas suas declarações à Conferência de Washington Para a Remoção Humanitária de Minas em Nível Mundial, de 20 a 22 de maio, "As minas terrestres continuam matando, mutilando, e expulsando pessoas de suas casas muito tempo depois de os canhões silenciarem. Elas são baratas, fáceis de usar, difíceis de detectar, e difíceis de remover. Elas atacam os inocentes, as crianças, os incautos, e os desafortunados. Elas causam os maiores danos às sociedades que têm menos recursos para remover minas, avisar os civis, cuidar das vítimas, ou lidar com a perda de terras aráveis inutilizadas pelas minas."

Os Estados Unidos têm estado na linha de frente dos esforços para livrar o mundo da crise humanitária causada pelas minas antipessoais. O país adotou, pela primeira vez, uma moratória nas exportações de minas terrestres em 1992 e solicitou a outros estados que tomassem uma atitude similar. Em 1994, o presidente Clinton se tornou o primeiro líder mundial a pedir a eliminação total das minas terrestres antipessoais durante seu discurso na Assembléia Geral das Nações Unidas. Em dezembro do ano passado, as pressões internacionais fizeram com que mais de 120 estados assinassem a Convenção de Ottawa banindo o uso, a produção, a estocagem e a transferência de minas terrestres antipessoais. Embora questões de segurança dos Estados Unidos nos tenham impedido de assinar a convenção, nós deixamos claro que os Estados Unidos o farão até 2006, se, até lá, conseguirmos identificar e implementar alternativas apropriadas para as nossas minas terrestres antipessoais e sistemas mistos antitanque.

Desde a ocasião em que pediram aos estados para adotar moratórias de exportação de minas terrestres antipessoais, os Estados Unidos têm apoiado a remoção humanitária de minas terrestres em nível mundial. O seu programa, no momento, está sendo adotado em 19 países. Desde o início do programa, o governo dos Estados Unidos já contribuiu com mais de 150 milhões de dólares para a assistência à remoção humanitária de minas. Os investimentos propostos dos Estados Unidos em 1998 mais do que dobrarão, chegando a 93 milhões de dólares. Esses fatos não deixam dúvida a respeito do comprometimento dos Estados Unidos no sentido de eliminar o flagelo das minas terrestres antipessoais.

Os Estados Unidos têm-se mantido firmes na sua liderança, no esforço global para a remoção humanitária das minas. Em outubro de 1997, os

secretários de Estado e da Defesa deram início à Iniciativa de Remoção de Minas Até o Ano 2010, ou "Inciativa 2010" [Demining 2010 Initiative], do presidente Clinton, cujo objetivo é eliminar a ameaça a civis da minas terrestres antipessoais até o ano 2010. Esse objetivo só pode ser atingido por meio de um esforço internacional bem organizado. Ao anunciar a Iniciativa 2010, os Estados Unidos reconheciam que dois fatores seriam vitais para a sua realização. Primeiro, o nível total de investimento em remoção humanitária no mundo inteiro teria que crescer quase cinco vezes, chegando a aproximadamente 1 bilhão de dólares por ano. Segundo, seria necessário estabelecer uma coordenação internacional eficaz da assistência e da atividade de remoção de minas.

Para que fosse possível atingir os objetivos da Iniciativa 2010, os Estados Unidos patrocinaram a Conferência de Washington em maio de 1998. Trabalhando a partir dos resultados das conferências anteriores realizadas em Ottawa, Tóquio, e Bonn, a Conferência de Washington tinha como objetivo consolidar o consenso internacional sobre a coordenação e preparar o ambiente para a ação. A participação na conferência teve como enfoque os principais governos que fornecem doações, as organizações internacionais, e as organizações não-governamentais (ONGs) que proporcionam a maior parte dos recursos e know-how para a remoção humanitária de minas. A pauta de discussões da conferência foi desenvolvida em função de consultas com outros governos, com as Nações Unidas, e várias ONGs, de modo a realçar ações específicas que requeriam coordenação internacional.

Por exemplo, os participantes da conferência estudaram projetos que consolidam dados básicos sobre a gravidade do problema das minas terrestres nos países mais seriamente afetados pelas minas. Eles chegaram à conclusão de que a estatística freqüentemente mencionada, de mais de 100 milhões de minas terrestres no solo é provavelmente bastante exagerada, mas que, de qualquer forma, era melhor avaliar o problema não pelo número de minas, mas pela área de terra produtiva inutilizada pelas minas terrestres. Além disso, ficou combinado que as Nações Unidas deveriam prosseguir com as avaliações em vários setores, e que um esforço e colaboração entre a ONU, as ONGs e os governos que proporcionam doações para realizar estudos de nível um (de caráter geral) para determinar o número de minas no solo em alguns países, deve ser iniciado o mais rapidamente possível.

Os materiais desenvolvidos para a conferência mostraram que o nível dos recursos disponíveis para a remoção humanitária de minas tem crescido de maneira significativa no decorrer dos últimos seis meses. O governo dos Estados Unidos, por exemplo, mais do que dobrou os seus investimentos na remoção humanitária de minas nesse último ano; o valor chegou a aproximadamente 93 milhões de dólares. Vários participantes apresentaram exemplos de novas possibilidades para a obtenção de novos recursos de fontes do setor privado.

No que diz respeito à questão da coordenação internacional, a conferência endossou a criação do Serviço de Ação Contra Minas da ONU como ponto focal para coordenação entre os órgãos da ONU e para esforços de colaboração entre a ONU e parceiros externos. Os governos que fazem doações concordaram em reforçar suas consultas por meio do Grupo de Apoio Para Ação Contra Minas liderado pela Noruega. A Suíça abriu um Centro de Remoção Humanitária de Minas em Genebra, para proporcionar serviços de gerenciamento de informação para as Nações Unidas, para desenvolver ferramentas educacionais para o treinamento de indivíduos na remoção de minas nos países afetados pelas minas, e para estabelecer canais de informação e comunicação entre os Centros de Ação Contra Minas nos países afetados pelas minas, por um lado, e as Nações Unidas e outros grupos internacionais, por outro lado.

Dedicou-se uma atenção especial à questão da tecnologia e o seu papel crítico na aceleração da atividade de remoção de minas. Os Estados Unidos e a Comunidade Européia concordaram em colaborar em três projetos específicos: desenvolver normas para determinar os requisitos de tecnologia, identificar uma rede mundial de instalações de teste e avaliação para estudar tecnologias promissoras para a remoção humanitária de minas, e desenvolver projetos "de demonstração" para examinar a aplicação de novas tecnologias a situações específicas no campo. Essas iniciativas serão coordenadas de perto pelas Nações Unidas e por outros países que delas desejarem participar.

A assistência às vítimas e aos sobreviventes de incidentes com minas terrestres também foi uma das principais questões tratadas na conferência. Algumas recomendações foram desenvolvidas para orientar a compilação de um banco de dados de melhor qualidade sobre as necessidades das vítimas, e estatísticas para garantir que a assistência da remoção humanitária de minas reconheça, de maneira adequada, as necessidades das vítimas.

Além disso, a Conferência de Washington tomou medidas concretas para aproveitar o vasto potencial nas nossas forças armadas, para ajudar a resolver o problema das minas terrestres. Durante a conferência, os participantes militares concordaram em aplicar seu know-how do treinamento e operações de remoção de minas de várias formas, para beneficiar a comunidade envolvida com a remoção de minas. Os participantes também concordaram em facilitar a disseminação de informações entre si.

De modo geral, os participantes da conferência trouxeram para a mesa uma impressionante rede de informações e idéias, e a conferência progrediu de maneira significativa na identificação de estratégias para que a remoção humanitária de minas progrida a um ritmo mais acelerado. Os participantes estão de acordo sobre uma coisa: a tarefa é urgente e, com uma coordenação internacional eficaz, e recursos adequados, podemos alcançar o objetivo humanitário de "zero vítimas" em alguns anos, em vez de décadas.

Embora as muitas conferências que foram realizadas e serão realizadas no próximo ano tenham conseguido mobilizar a atenção, os recursos e a coordenação em nível internacional para a causa da eliminação de minas terrestres, não temos dúvida de que é chegada a hora de transformar os resultados dessas conferências em ação no campo, nos países afetados pelas minas. Os Estados Unidos desejam trabalhar com os seus parceiros na comunidade internacional para acabar, de uma vez por todas, com o flagelo das minas que ameaçam civis inocentes, até 2010 – isto é, em um prazo de alguns anos, em vez de algumas décadas. Acreditamos que já exista um firme alicerce para que esse objetivo seja alcançado.

A POLÍTICA DE SEGURANÇA DOS ESTADOS UNIDOS: DESAFIOS PARA O SÉCULO XXI

Joseph S. Nye, Jr.
Reitor, Escola de Administração Pública John F. Kennedy
Universidade de Harvard

Os Estados Unidos, dentro dos limites previsíveis, continuarão a ter a capacidade de ajudar a moldar o ambiente global, trabalhando em conjunto com aliados e estados que possuam uma mentalidade similar, para conter, e às vezes reduzir conflitos, diz Nye. Mas ele observa que os Estados Unidos enfrentam "um novo tipo de ameaça" – de terroristas que podem usar armas de destruição em massa ou atacar infra-estruturas críticas – para a qual "nossos instrumentos tradicionais de segurança são inadequados." Antes de assumir a sua atual posição, como Reitor da Escola de Administração Pública John F. Kennedy, da Universidade de Harvard, Nye foi secretário assistente de Defesa para questões de segurança internacional em 1994 e 1995; presidente do Conselho Nacional de Inteligência, que coordena as estimativas de inteligência para o presidente, em 1993 e 1994; e, de 1977 a 1979, foi vice subsecretário de estado para assistência à segurança, ciência e tecnologia.

O mundo passou por muitas mudanças importantes na distribuição de poder durante a última década. A União Soviética foi extinta e o poder da Rússia continua em queda. Por outro lado, a influência da China tem crescido rapidamente e provavelmente continuará a crescer. No entanto, apesar desses dramáticos acontecimentos, a realidade central do equilíbrio global e do poder é a mesma de 1990: os Estados Unidos continuam a ser a única superpotência com ativos globais em todas as dimensões do poder – militar, econômica, e política. E os fatos têm demonstrado – ao nos aproximarmos do novo século - que aqueles que previam um inevitável declínio dos Estados Unidos apenas uma década atrás estavam errados.

Isso não significa que um mundo unipolar substituiu o equilíbrio bipolar da Guerra Civil. Há muitos objetivos importantes, sob o ponto de vista de segurança, econômico, ou político, que os Estados Unidos não podem alcançar sozinhos. Por outro lado, não é correto dizer que o mundo é multipolar, enquanto todos os estados exceto os Estados Unidos deixarem de ter um ou mais recursos essenciais para o poder. Em vez disso, o poder é distribuído de uma forma complexa, mais ou menos como um tabuleiro de xadrez de três andares. No andar de cima, o poder militar é, de modo geral, unipolar, pois os Estados Unidos são o único país que possui tanto armas nucleares intercontinentais quanto forças de terra, mar e ar, grandes e modernas, capazes de se posicionar em qualquer parte do mundo. No andar do meio, o poder econômico é tripolar, com os Estados Unidos, a Europa e o Japão representando praticamente dois terços do produto mundial. O crescimento da China fará com que o poder econômico se torne quadripolar após a virada do século. No andar inferior estão as relações transnacionais que cruzam as fronteiras sem controle por parte dos governos, e que incluem atores tão diversos quanto banqueiros e terroristas. Nesse caso, o poder fica muito disperso.

Tão importantes quanto essas mudança na distribuição do poder são três mudanças na natureza do poder e nos processos pelos quais ele pode ser exercido. Primeiro, a importância dos instrumentos econômicos do poder internacional vêm crescendo há várias décadas. Essa importância, no entanto, não deve ser exagerada, como fazem aqueles que sugerem que o poder econômico substituiu o poder militar como o principal meio de influência na política mundial. Os instrumentos econômicos ainda não podem se comparar às forças militares no que diz respeito aos seus efeitos coercitivos e dissuasivos. As sanções econômicas, apenas, não foram o suficiente para persuadir o Iraque a se retirar do Kuwait. Além disso, uma única crise regional de segurança pode causar a quebra das bolsas de valores e sufocar investimentos. Na verdade, a segurança econômica e política estão intimamente ligadas, como se viu na recente crise financeira da Ásia.

Segundo, as armas modernas mudaram o papel do

poderio militar. Há duas tendências contraditórias. Por um lado, a aquisição de armas nucleares, por parte das grandes potências, tem feito, por várias décadas, com que a possibilidade de conflito direto entre elas pareça ter um custo inadmissível. Portanto, essas armas se tornaram pesos-pesados, e sua única utilidade é a sua capacidade de dissuasão. Por outro lado, as mudanças na tecnologia de informação (incluindo computadores, sensores, e satélites) possibilitaram o surgimento de uma nova geração de armas inteligentes de grande precisão, que causam danos colaterais mínimos. Essas tendências fazem com que o poderio militar se torne mais barato e mais fácil de ser utilizado.

A terceira, e talvez a maior mudança na natureza do poder foi a importância, cada vez maior, do poder de persuasão, que se deve, em grande parte, à revolução da informação que está transformando o mundo. O poder da persuasão é a capacidade de conseguir os resultados desejados nas questões internacionais através da atração em vez da coação. A força bruta, incluindo o uso coercitivo do poderio militar ou das sanções econômicas, tem como objetivo obrigar os outros a fazer o que nós queremos. O poder da persuasão tem como objetivo fazer com que os outros queiram o que nós fazemos. Esse poder de persuasão pode depender do poder de atração das idéias de alguns, ou da capacidade de organizar a pauta de discussões de maneira a moldar as preferências de outros. Os Estados Unidos continuam sendo líderes mundiais em poder de persuasão, o que se pode perceber claramente quando se vê o movimento rumo à democracia e à política de livre mercado em mais de 30 estados, no decorrer da última década.

No entanto, o paradoxo da política de segurança e da política externa dos Estados Unidos no século XXI prevalece: mesmo sendo o estado mais poderoso, o país não pode alcançar todos os seus objetivos internacionais agindo sozinho. Os Estados Unidos não têm nem os pré-requisitos internacionais e nem os domésticos para resolver todos os conflitos. Em cada caso, a sua atuação deve ser proporcional aos interesses americanos em jogo e ao custo de lutar por eles. Portanto, os Estados Unidos devem continuar a formar e a mobilizar coalizões internacionais para tratar de ameaças à segurança que afetam o grupo. A Guerra do Golfo e a força de paz na Bósnia são bons exemplos disso.

O fim da Guerra Fria reduziu mas não eliminou a possibilidade da ocorrência de guerras mundiais entre grandes potências. Há maior probabilidade de ocorrerem guerras regionais e locais do que conflitos globais. De qualquer forma, a segurança entre os estados é maior porque os recursos definidos pelo território tiveram a sua importância diminuída entre as grandes potências. No passado, os principais estados se sentiam tentados a adquirir territórios, devido às suas matérias primas, potencial agrícola, indústrias, ou à sua importância estratégica, seja como uma plataforma para ataques militares ou como um tampão para servir de proteção contra ataques desfechados por outros. Atualmente, esses motivos para aquisição de território à força têm muito menos peso. A produção econômica moderna depende tanto do capital humano e de serviços quanto do território propriamente dito. E, talvez acima de tudo, o conflito entre as grandes potências se tornou menos provável porque muitas das grandes potências já são ou desejam se tornar democráticas, e a história tem demonstrado que as democracias liberais são menos propensas a lutarem entre si. Por esse motivo, o avanço dos processos democráticos na Rússia e da pluralização e dos direitos humanos na China são objetivos de segurança, bem como objetivos morais, da política americana.

Com relação aos conflitos regionais e locais, o poder americano pode ser um fator importante na limitação da sua freqüência e potencial destrutivo. Em alguns casos, é até possível reduzir o nível de conflito em disputas civis e domésticas. Embora os Estados Unidos não possam ser um policial global solitário – o povo americano não quer desempenhar esse papel – o país pode, às vezes, agir como um "xerife" que lidera coalizões mutantes de amigos e aliados para tratar de questões de segurança que afetam a comunidade. Isso requer atenção constante às instituições e alianças que agregam valor ao poderio americano. Isso requer, também, investimentos nas forças armadas e atenção ao seu posicionamento global.

O orçamento militar americano sofreu um corte de 40 por cento, e o efetivo das forças armadas teve uma redução de um terço desde o pico da Guerra Fria. Entretanto, ainda mantemos aproximadamente 100.000 militares na Europa, outros 100.000 na Ásia, e 20.000 no Golfo Pérsico e adjacências. Em conjunto com o pré-posicionamento de equipamentos e

manobras conjuntas com aliados e nações amigas, essa capacidade ajuda a moldar o ambiente político nessas regiões críticas e portanto, funciona como uma espécie de defesa preventiva. Essas forças têm boa aceitação junto aos principais países dessas regiões. A OTAN não perdeu sua popularidade na Europa e está adaptando sua missão a um mundo pós-Guerra Fria. Na Ásia, muitos líderes temem que uma retirada americana possa levar a uma corrida armamentista na região e à perda da estabilidade política que proporcionou, até agora, os alicerces para o extraordinário crescimento econômico da região. Quando o Departamento de Defesa divulgou o seu Relatório Estratégico do Leste da Ásia em 1995, prometendo manter suas alianças e posições avançadas, o relatório foi muito bem-vindo.

Uma ameaça crítica à segurança no mundo pós-Guerra Fria é a disseminação das armas de destruição em massa. Até agora o histórico de não-proliferação nuclear é significativo. Em 1963, o presidente John F. Kennedy previu que haveria dezenas de nações possuidoras de tecnologia nuclear nos dias atuais. Certamente há muitos países capazes de desenvolver armas nucleares. Mas a maioria preferiu abrir mão da bomba. Temos os cinco estados possuidores de armas nucleares, relacionados no Tratado de Não-Proliferação Nuclear de 1970 (os Estados Unidos, a Rússia, a Grã-Bretanha, a França e a China); a Índia e o Paquistão, que realizaram testes nucleares recentemente; e por reputação, Israel. A África do Sul, que havia desenvolvido algumas bombas na década de oitenta, posteriormente abriu mão delas. E estados não-confiáveis como o Iraque e a Coréia do Norte tiveram seus programas interrompidos. A extensão permanente do Tratado de Não-Proliferação Nuclear em 1995 foi sinal animador de que o regime de não-proliferação estava prevalecendo.

Atualmente, a maior ameaça na área nuclear é o problema das armas conhecidas como "bombas perdidas", o perigo de que bombas ou materiais nucleares possam fugir ao controle em estados da antiga União Soviética e se tornar disponíveis no mercado negro. A assistência americana à Rússia nessa área, por meio do Programa de Cooperação Para a Redução de Ameaças, do Departamento de Defesa, é um tipo novo e diferente de política de segurança para um novo mundo. A política de não-proliferação em todas as suas dimensões, incluindo a disseminação de armas químicas e biológicas e seus meios de lançamento, continua sendo uma parte importante da nossa política de segurança.

Finalmente, há uma nova dimensão de problema de segurança que não pode ser resolvido pelos meios militares clássicos. Trata-se da ameaça de terroristas que podem utilizar armas de destruição em massa. Durante 40 anos, os americanos conviveram com o medo de um ataque nuclear soviético. O final da Guerra Fria reduziu a probabilidade de um holocausto nuclear, mas ironicamente, a chance de ocorrer uma explosão nuclear no território dos Estados Unidos provavelmente aumentou. E a ameaça não é somente nuclear. O acesso, por parte de terroristas, a armas biológicas e químicas como antraz, ricin, ou sarin, é muito mais fácil do que o acesso a materiais nucleares.

Nos últimos anos surgiu um novo tipo de terrorista, menos interessado na promoção de uma causa política e mais empenhado na erradicação do que ele(s) define(m) como "mau". Os motivos dessas pessoas freqüentemente são uma forma distorcida de religião, e elas consideram as armas de destruição em massa um meio adequado de alcançar seus objetivos. Tais engenhos estão se tornando cada vez mais disponíveis. O advento das máfias nos antigos estados soviéticos resultou no crescimento do contrabando de materiais nucleares (felizmente em pequenas quantidades, até agora). Os agentes químicos e biológicos podem ser produzidos por alunos de cursos de pós-graduação ou técnicos de laboratório. Receitas genéricas se encontram disponíveis na Internet. Em 1995, uma seita japonesa usou sarin no metrô de Tóquio, matando 12 pessoas. Eles também conduziram experiências com agentes biológicos. Recentemente o presidente Clinton assinou ordens segundo as quais o terrorismo e as ameaças às infra-estruturas críticas (incluindo sistemas de informação) devem ser consideradas prioridades máximas para a política de segurança dos Estados Unidos.

Concluindo, o mundo após a Guerra Fria trouxe boas e más notícias para a política de segurança americana. Nos níveis militar e econômico, os Estados Unidos provavelmente continuarão a ser o poder preponderante até quando se pode prever. Nenhum outro estado tem

um poder equivalente ao poder dos Estados Unidos. É muito pouco provável que ocorra uma guerra entre grandes potências. Os Estados Unidos têm a capacidade de ajudar a moldar o ambiente de modo a reduzir a probabilidade de ameaças no futuro. Embora isso não signifique que o país possa (ou queira) agir como um policial do mundo, ou que ele poderia ser capaz de controlar todos os conflitos, isso significa que quando ele resolve organizar coalizões com aliados e estados que possuem uma mentalidade similar, há uma razoável probabilidade de conter, e às vezes, de reduzir, conflitos. Por outro lado, a má notícia é que no nível transnacional, onde há uma grande dispersão de poder e onde não há controle, surgiu um novo tipo de ameaça, para a qual os nossos instrumentos tradicionais de segurança são inadequados. Essa é uma área que exigirá mais atenção no futuro.

CONSOLIDANDO A SEGURANÇA REGIONAL: PARCERIA ENTRE AS ONGS E OS GOVERNOS

James Notter e John McDonald
Instituto de Diplomacia de Vias Múltiplas

A parceria entre as organizações não-governamentais (ONGs) e os governos "permite que ambos os grupos se tornem mais poderosos e eficazes no cumprimento de suas missões", dizem os autores. Quando esses dois atores trabalham juntos com harmonia, respeitando e tirando proveito das suas diferenças em estrutura, recursos e capacidade, "o sistema para a construção da paz e da estabilidade regional no mundo inteiro funciona com maior produtividade." O embaixador McDonald é o presidente e co-fundador do Instituto de Diplomacia de Vias Múltiplas em Washington, D.C. Notter é um associado do instituto, na área de programas.

Ao lidar com questões de segurança global e estabilidade regional, o governo dos Estados Unidos tem um grande aliado, que freqüentemente não é reconhecido: a comunidade das organizações não-governamentais. Na verdade, nas últimas décadas, tem havido provas cada vez maiores de que atores não-oficiais, incluindo as ONGs, estão desempenhando um papel cada vez mais importante no desenvolvimento e na implementação de políticas governamentais. Há uma parte específica da comunidade das ONGs que se concentra nas questões de "resolução de conflitos", ou "diplomacia de segunda via", nas quais as ONGs trabalham extra-oficialmente – freqüentemente em cooperação com governos – para ajudar a resolver conflitos étnicos no mundo inteiro, que constituem uma grande ameaça à estabilidade e à paz regional.

A noção de que os governos podem e devem trabalhar em conjunto com atores não-oficiais no desenvolvimento e na implementação de política externa, naturalmente não é nova. O termo "diplomacia de duas vias" foi cunhado em 1981 pelo ex-diplomata norte-americano Joseph Montville para descrever os esforços dos cidadãos comuns e das organizações não-oficiais para resolver conflitos. A noção básica que norteia a diplomacia de segunda via é que a paz e a resolução de conflitos não podem ser conseguidas somente pelos governos. O contato extra-oficial, informal, nos bastidores, tem um papel vital na resolução de conflitos e na promoção da segurança regional.

O verdadeiro desafio da diplomacia de segunda via está no inter-relacionamento entre as esferas oficial e não-oficial, que pode ser muito sensível. As pessoas que trabalham extra-oficialmente não querem se sentir pressionadas ou sofrer restrições indevidas quando exploram uma política ou um processo que contraria a posição das autoridades governamentais. A rejeição oficial de um plano de vias múltiplas pode impedir a implementação de um projeto.

Os representantes dos governos, por outro lado, devem ser mantidos informados. Os praticantes da segunda via devem reconhecer que, para que a sua iniciativa seja bem sucedida, eles provavelmente terão que coordenar suas atividades com as autoridades em nível de governo. Afinal, os governos é que são responsáveis pela negociação, assinatura, e ratificação de tratados e outros documentos formais que podem ser necessários para garantir as iniciativas extra-oficiais, bem sucedidas.

Essas duas importantes partes do sistema de manutenção de paz se tornam mais eficazes quando cooperam entre si, em vez de caminhar em duas vias separadas. Quando há aceitação e apoio mútuos, ambos os elementos podem se beneficiar. Isso é particularmente verdadeiro na área de segurança e estabilidade regional, onde as ONGs e os governos trabalham simultaneamente para resolver conflitos étnicos, mas usam meios diferentes e entram por portas diferentes.

Durante a Guerra Fria, mesmo antes desse termo ser cunhado, muitas ONGs e indivíduos já estavam envolvidos com a diplomacia da segunda via, tentando estabelecer ligações entre as duas superpotências e trabalhando no sentido de atenuar conflitos e crises,

os(as) quais, devido à capacidade de ataque nuclear dos Estados Unidos e da União Soviética, representavam ameaças seríssimas. O Comitê de Serviço dos Amigos Americanos e Rearmamento Moral [The American Friends Service Committee and Moral Re-Armament] trabalhou extra-oficialmente nas relações entre a Alemanha Oriental e a Alemanha Ocidental, e entre a França e a Alemanha, nas décadas de cinqüenta e sessenta. Vários indivíduos e jornalistas de renome estiveram envolvidos em diálogos extra-oficiais em situações de crise, inclusive na República Dominicana em 1965 e na crise dos mísseis de Cuba em 1962. A Conferência de Dartmouth, um grupo de diálogo não-governamental dedicado às questões da Guerra Fria, iniciou suas atividades em 1959 e continuou até os últimos anos da década de oitenta. O grupo se reuniu muitas vezes durante essas décadas, discutindo informalmente as importantes diferenças, da época, nas relações entre os Estados Unidos e a União Soviética. Mesmo nas ocasiões em que os representantes das duas nações se recusavam a se encontrar, os representantes, na verdade, pediam que os grupos da Conferência de Darmouth continuassem a se encontrar, para manter a porta aberta e fazer com que as informações fluíssem entre os dois adversários.

Ao entrarmos no próximo milênio, parece que os atores não-oficiais, particularmente as ONGs, continuarão a desempenhar um importante papel no desenvolvimento e implementação da política externa. Isso pode ocorrer de várias formas, incluindo ligações específicas entre duas ou mais ONGs que trabalham diretamente em uma determinada situação de conflito (como é o caso de Chipre), ONGs locais que trabalham em uma região assolada por conflitos raciais e instabilidade (o Chifre da África), e ligações entre organizações inter-governamentais e ONGs (Bósnia).

CHIPRE

O Institute for Multi-Track Diplomacy [Instituto de Diplomacia de Vias Múltiplas] (IMTD), em Washington, D.C. e o Conflict Management Group [Grupo de Gerenciamento e Conflitos] (CMG) em Cambridge, Massachusetts, se uniram com o nome de "Cyprus Consortium" [Consórcio de Chipre] para implementar um programa de treinamento no Chipre, cujo enfoque é a resolução de conflitos. O governo dos Estados Unidos está enfatizando a resolução desse conflito, o que ficou evidente recentemente, com a indicação do negociador de paz na Bósnia, embaixador Richard Holbrooke como emissário especial do presidente para Chipre. Holbrooke e outros funcionários do governo dos Estados Unidos, que estão trabalhando para resolver o conflito de Chipre, estão concentrando suas atenções nas dimensões políticas do conflito e para as negociações oficiais, sob a égide da ONU. O trabalho do Consórcio de Chipre, no entanto, tem o nível social como o seu principal foco, proporcionando oportunidades para que cipriotas gregos e turcos trabalhem juntos, desenvolvam um clima de confiança, e demonstrem, para as suas comunidades, o potencial para a cooperação que existe entre os dois lados nesse conflito. O Consórcio já treinou várias centenas de cipriotas gregos e turcos em habilidades de resolução de conflitos, desenvolvimento e gerenciamento de projetos, e criação e a apresentação de projetos de treinamento. Esse grupo popular de pacificadores já organizou centenas de projetos que envolvem as duas comunidades, incluindo concertos musicais e programas para jovens, e tem facilitado as sessões de diálogo a respeito do conflito de Chipre.

Desde o início, a relação entre o Consórcio e o pessoal do governo dos Estados Unidos tem sido de cooperação e apoio mútuo. O consórcio mantém o pessoal do governo dos Estados Unidos continuamente bem informado a respeito das suas atividades, e a Embaixada dos Estados Unidos e os funcionários do governo em Washington freqüentemente têm procurado os membros do Consórcio para consultá-los sobre as questões nas quais eles estão trabalhando. Da mesma forma, o Consórcio tem, freqüentemente, procurado ajuda do pessoal da embaixada para o desenvolvimento e implementação dos seus programas de treinamento. Assim que o trabalho popular em Chipre atingiu um certo nível, a embaixada até indicou um coordenador especial para questões envolvendo as duas comunidades, para servir de ligação entre a embaixada e os cipriotas gregos e turcos que estão executando trabalhos de resolução de conflitos entre as duas comunidades.

Quando o contato entre as duas comunidades foi interrompido pelas autoridades cipriotas turcas em dezembro de 1997, a embaixada americana divulgou uma nota insistindo para que fosse permitida a continuidade das atividades envolvendo as duas

comunidades. Um representante da embaixada declarou que, embora as atividades entre as duas comunidades "não possam resolver o problema de Chipre", a "livre associação" que elas permitem "constitui a base da sociedade civil". Essa declaração demonstra que as missões dos governos e das ONGs na resolução de conflitos e na melhoria da estabilidade regional não são separadas, nem distintas. Os esforços oficiais de política externa dos Estados Unidos e o trabalho popular das ONGs podem funcionar, em conjunto, para ajudar cada parceiro a atingir seus objetivos.

CHIFRE DA ÁFRICA

Outro exemplo de cooperação entre o governo e as ONGs, no que diz respeito à questão da estabilidade regional e da resolução de conflitos, vem do Chifre da África. Em 1995, o presidente Clinton instituiu a Greater Horn of Africa Initiative [Iniciativa da Região do Chifre da África] (GHAI) na U.S. Agency for International Development [Agência dos Estados Unidos Para o Desenvolvimento Internacional] (USAID). Em um documento preliminar intitulado "Building a Foundation for Food Security and Crisis Prevention in the Greater Horn of Africa," [Construindo uma Base Para Garantir a Alimentação e Prevenir Crises na Região do Chifre da África], os representantes da GHAI definiram o conceito do seu programa para tratar da questão da estabilidade regional e da garantia do fornecimento e alimentos na área. Eles reconheceram a ligação entre o desenvolvimento e a ajuda de emergência, por um lado, e a prevenção de conflitos, o gerenciamento de crises, e a resolução e conflitos, por outro lado.

Acima de tudo, eles também reconheceram, explicitamente, desde o início, a ligação entre governos, organizações inter-governamentais, e ONGs. No relatório, a GHAI se identifica como um "esforço de cooperação entre os estados africanos, as organizações não-governamentais, os cidadãos interessados, a Organização Inter-governamental Para o Combate à Seca e Para o Desenvolvimento, e a comunidade internacional de doadores, para tratar das causas básicas da insegurança quanto ao fornecimento de alimentos na região." O Instituto de Diplomacia de Vias Múltiplas foi uma entre várias ONGs que foram consultadas para o desenvolvimento do relatório e do conjunto de atividades realizadas após a emissão do relatório. O IMTD também cooperou durante um programa de treinamento organizado pelo Instituto dos Estados Unidos Para a Paz (uma organização independente, suprapartidária, patrocinada pelo Congresso dos Estados Unidos) e pelo pessoal da GHAI.

Finalmente, a GHAI recentemente solicitou propostas para a formação de um grupo de ONGs para gerenciar um programa de subvenções para ONGs no Chifre da África que implementaria atividades de apoio à Iniciativa da Região do Chifre da África. O programa inclui subvenções diretas para as ONGs locais, assim como um programa de fortalecimento das instituições que apoie o desenvolvimento do setor das ONGs na região. Nesse exemplo, as ONGs auxiliaram a USAID no desenvolvimento do programa de 10 milhões de dólares, as ONGs são, em grande parte, responsáveis pela implementação do programa, e os destinatários da ajuda são as ONGs da região.

OSCE

Um exemplo final realça a ligação entre as ONGs e uma organização Inter-governamental. A Organization for Security and Cooperation in Europe [Organização Para a Segurança e Cooperação na Europa] (OSCE) está trabalhando em estreita colaboração com muitas ONGs, tanto nos Estados Unidos quanto localmente, na organização e na implementação de programas em apoio aos aspectos civis dos Acordos de Dayton na Bósnia. O IMTD foi contactado em dezembro de 1996 pela OSCE para ver se as duas organizações poderiam trabalhar em conjunto na questão da pacificação social. Com verbas da Agência de Informações dos Estados Unidos, o IMTD treinou 70 bósnios das comunidades dos sérvios, dos muçulmanos, e dos croatas da Bósnia. A OSCE teve um papel preponderante para a realização dos eventos, nas cinco cidades em que o treinamento foi ministrado, porque ela proporcionou um "porto seguro" para todos os participantes.

Como todos esses exemplos indicam, a cooperação do governo com as ONGs na área de política de segurança e estabilidade regional está crescendo. As ONGs, tanto domesticamente quanto, mais especificamente, nas regiões onde há conflitos e instabilidade, não são apenas

recursos valiosos para os responsáveis pelas políticas dos governos; elas são, também, importantes parceiros. As parcerias entre as ONGs e os governos permitem que ambos os grupos sejam mais poderosos e eficazes no cumprimento de suas missões. Tanto as ONGs quanto os governos mantêm suas características próprias; o objetivo não é fundir o trabalho desses dois atores no sistema. Pelo contrário, como ocorre em qualquer sistema, quando as partes de um todo trabalham juntas em harmonia, respeitando e tirando proveito das suas diferenças em estrutura, recursos, e capacidade, o sistema para a construção da paz e da estabilidade regional no mundo inteiro funciona com maior produtividade.

REMOÇÃO HUMANITÁRIA DE MINAS EM RUANDA: UMA HISTÓRIA DE SUCESSO

Matthew F. Murphy
Gerente Sênior de Programas, Escritório de Programas Humanitários de Remoção de Minas
Departamento de Estado

Atualmente, o programa – dos Estados Unidos - de remoção humanitária de minas em Ruanda já atingiu a "fase de sustentação", que é "a medida de sucesso" para os esforços de remoção de minas patrocinados pelos Estados Unidos, diz Murphy. Os Estados Unidos, segundo ele, continuarão a prover os recursos necessários para ajudar o governo de Ruanda a livrar o país do "flagelo das minas terrestres." Murphy é gerente sênior de programas do Escritório de Programas Humanitários Para a Remoção de Minas, Escritório de Assuntos Políticos e Militares, do Departamento de Estado, que é o principal órgão do governo na coordenação dos esforços americanos, em âmbito mundial, para a remoção humanitária de minas.

O Programa Humanitário de Remoção de Minas promovido pelos Estados Unidos tem três finalidades: aliviar o sofrimento humano, desenvolver uma capacidade local para a remoção de minas, e promover os interesses dos Estados Unidos em um ambiente de paz, prosperidade e estabilidade regional.

A principal medida de eficiência para o programa é a capacidade auto-sustentada, de uma nação-parceira, de gerenciar, dirigir e controlar o seu próprio esforço de remoção de minas. Ruanda, um dos seis países sub-saarianos da África nos quais os Estados Unidos possuem um programa humanitário de remoção de minas, chegou a esse estágio. Esforços similares, promovidos pelos Estados Unidos, para a remoção de minas, estão, no momento, sendo feitos em Angola, Chad, Moçambique, Namíbia, e Zimbábue.

Quando o programa humanitário para remoção de minas, patrocinado pelos Estados Unidos, começou em Ruanda em 1995, a maior parte do país estava infestada de minas e munição não detonada, como resultado da luta que lá ocorreu em 1991 e 1994. Em 1995, o Escritório Nacional Para a Remoção de Minas de Ruanda [Rwandan National Demining Office] (NDO), criado em conformidade com um acordo bilateral entre os Estados Unidos e Ruanda, estimou que havia aproximadamente 250.000 minas e outros itens de munição não desativada, para serem removidos. Como a luta continua no noroeste do país, a quantidade de munição não detonada no país continua a aumentar.

Embora as minas e os itens de munição não detonada estejam distribuídos em uma área que cobre aproximadamente dois terços do território do país, a maior concentração ocorre no nordeste, na área rural, que consiste de fazendas e plantações de chá perto de Kigali. Nessa área, os soldados ruandenses minaram estradas, trilhas e campos, para impedir o avanço dos rebeldes da Rwandan Patriotic Front [Frente Patriótica de Ruanda], que estavam entrando no país via Uganda. Durante os violentos combates, que duraram três meses, pelo controle da capital de Ruanda em 1994, uma grande quantidade de minas foi instalada em áreas próximas a escolas, hospitais e fábricas. Partes de Kigali e áreas em torno da cidade já tiveram suas minas removidas, e o trabalho de remoção continua.

Quando os esforços para a remoção de minas, patrocinados pelos Estados Unidos começaram, insurreições por motivos raciais haviam devastado as áreas habitáveis, dizimado a mão-de-obra do país, e arruinado as perspectivas de recuperação econômica. As minas antipessoais e antitanques fizeram vítimas tanto entre os militares quanto entre os civis. Quando o conflito terminou e os refugiados começaram a voltar e a trabalhar na terra, as baixas causadas por minas terrestres começaram a se elevar entre os não-combatentes. Em 1994, as Nações Unidas informaram que estavam ocorrendo, em média, duas baixas de civis por dia em áreas minadas do país.

Hoje, no entanto, os cidadãos de Ruanda que estão

retornando ao seu território são abrigados em casas construídas por organizações não-governamentais em terras das quais as minas e outras munições não explodidas foram removidas pelo Escritório Nacional de Remoção de Minas. Por exemplo, milhares de refugiados que estão retornando de Uganda, e que fugiram por ocasião das perseguições aos Tutsis promovidas pela população de maioria Hutu, estão sendo reassentados em partes livres de minas do Parque Nacional de Kagera.

Em maio de 1995, militares americanos do Comando Europeu estabeleceram um programa de treinamento para o Exército Popular de Ruanda, que já possuía engenheiros de combate muito competentes, muitos dos quais haviam recebido treinamento de remoção de minas, dos Estados Unidos ou da Bélgica. Em seis meses, os soldados americanos treinaram 85 militares ruandenses em técnicas de remoção de minas e providenciaram para que eles recebessem 18 cães farejadores treinados para localizar minas. Os Estados Unidos também forneceram 250 detectores de minas para o programa.

Os 85 militares ruandenses destinados ao Escritório Nacional de Remoção de Minas [National Demining Office] (NDO) são distribuídos em grupos operacionais de 8-10 removedores de minas, um elemento da área médica, e um perito em comunicações. O NDO estabeleceu um banco de dados para organizar as informações colhidas no campo.

Os esforços dos Estados Unidos em 1996 tinham como enfoque a instrução do tipo "Treinamento Para Instrutores" das Forças Especiais dos Estados Unidos; isso incluía remoção de minas, técnicas de localização de minas, técnicas básicas para a eliminação de material bélico, treinamento em informática para o NDO, planejamento e execução de uma campanha de conscientização a respeito de minas, e treinamento médico de emergência. De acordo com o conceito de "Treinamento Para Instrutores", os próprios militares de Ruanda se tornam instrutores qualificados e treinam outros soldados ruandenses para a remoção de minas.

Em 1997, o programa de remoção de minas tinha como ênfase o fornecimento de equipamento para a remoção de minas – assim como cães e especialistas no trabalho com cães – para dar apoio aos soldados treinados pelos Estados Unidos para a remoção de minas e para complementar o treinamento de um quarto pelotão de removedores de minas.

O impacto do trabalho dos Estados Unidos, assim como do trabalho executado com o apoio dos Estados Unidos, é óbvio. Mais de 160 km de estradas essenciais para a recuperação econômica e mais de 5.000 acres de terra arável agora estão novamente seguros(as) para uso produtivo. Os removedores de minas ruandenses destruíram mais de 200 minas antipessoais e antitanques, e quase 7.500 itens de munições não explodidas, durante a limpeza dessas áreas.

O comandante do Escritório Nacional Para a Remoção de Minas estima que haja aproximadamente 5.000 minas e 100.000 itens de munições não explodidas a serem removidos(as). Além disso, elementos do NDO localizaram vários campos que se suspeita estarem minados, cada um dos quais leva aproximadamente três meses para ser limpo e colocado à disposição da população.

Além disso o NDO implementa um programa para a conscientização a respeito das minas que divulga informações pelo rádio, TV, camisetas, flâmulas e cartazes. O NDO tem como objetivo as áreas nas quais houve violentos combates, tendo como enfoque as crianças; estas recebem avisos sobre os perigos das minas e material bélico não explodido. O programa de conscientização sobre as minas também informa à população em geral onde e a quem se deve informar a respeito de locais onde se suspeita que haja minas e outros itens de munição não explodida.

Atualmente, na percepção dos Estados Unidos, o Programa Humanitário de Remoção de Minas de Ruanda se encontra na fase auto-sustentada, o que é a medida de sucesso nos nossos esforços para a remoção de minas. O Escritório Nacional Para a Remoção de Minas é uma solução muito bem sucedida para o problema de minas/material bélico não explodido em Ruanda, e tem orgulho – e é natural que tenha - de suas realizações. Embora o NDO seja tecnicamente capaz de cumprir a sua missão, ele ainda precisa de financiamento externo.

De 1995 a 1998, os Estados Unidos gastaram seis

milhões de dólares do seu programa humanitário de remoção de minas em Ruanda. Os Estados Unidos continuarão a prover os recursos necessários para que o governo de Ruanda possa continuar a administrar o programa de maneira eficaz. Para o exercício de 1999, os Estados Unidos estão recomendando que uma verba adicional de um milhão e duzentos mil dólares seja empregada para ajudar essa sofrida nação a se livrar do flagelo das minas terrestres.

REDUÇÃO DE AMEAÇAS POR MEIO DE COOPERAÇÃO: REDUZINDO A QUANTIDADE DE ARMAS DE DESTRUIÇÃO EM MASSA

Dra. Susan Koch
Vice-Secretária Assistente de Defesa para Questões de Política de Redução de Ameaças

O Programa de Cooperação de Redução de Ameaças "é uma das ferramentas mais eficazes e eficientes à disposição do governo dos Estados Unidos para garantir um ambiente internacional mais estável, reduzir a quantidade de armas de destruição em massa e evitar a sua proliferação, e ao mesmo tempo estabelecer laços fortes e duradouros com as antigas repúblicas soviéticas," diz a autora. Koch é Vice-Secretária Assistente de Defesa para Questões de Política de Redução de Ameaças.

A Lei de Redução da Ameaça Nuclear Soviética, aprovada pelo Congresso dos Estados Unidos em 1991, proporcionou um importante instrumento para que se pudesse lidar com uma das mais altas prioridades do governo dos Estados Unidos: evitar a proliferação das armas de destruição em massa. A legislação, patrocinada pelo senador Richard Lugar (Republicano-Indiana) e pelo ex-senador Sam Nunn (Democrata-Geórgia), agora é conhecida como o Programa de Cooperação de Redução de Ameaças [Cooperative Threat Reduction (CTR) Program] – uma das ferramentas mais eficazes do Departamento de Defesa no mundo pós-Guerra Fria.

Cinco objetivos têm norteado o CTR desde a sua criação: auxiliar a Ucrânia, o Cazaquistão, e a Bielo-Rússia a se tornarem estados não-nucleares e a eliminar, do seu território, a infra-estrutura de sistemas estratégicos de lançamento e armas de destruição em massa; auxiliar a Rússia a acelerar a redução das armas estratégicas aos níveis do Tratado de Redução de Armas Nucleares [Strategic Nuclear Arms Reduction Treaty] (START); reduzir a quantidade de armas nucleares e material físsil na antiga União Soviética e aperfeiçoar a segurança física e operacional das armas e materiais remanescentes; auxiliar os estados da antiga União Soviética a eliminar e a evitar a proliferação da capacidade de fabricação e uso de armas químicas e biológicas; e estimular reduções nas forças armadas e reduzir as ameaças de proliferação na antiga União Soviética. O CTR tem caminhado a passos largos nos últimos sete anos no sentido de atingir esses objetivos.

O Programa CTR começou em dezembro de 1991, tratando das preocupações imediatas a respeito das armas nucleares, logo após o colapso da União Soviética. Essa parte do programa tem sido, indiscutivelmente, um sucesso. Aproximadamente 3.400 ogivas nucleares foram levadas de volta à Rússia, tendo sido removidas dos antigos "estados sucessores soviéticos". O Cazaquistão se tornou um estado não-nuclear em 1995, e a Ucrânia e a Bielo-Rússia passaram pelo mesmo processo no ano seguinte. Os três países são signatários não-nucleares do Tratado de Não-Proliferação Nuclear [Nuclear Non-Proliferation Treaty] (NPT). Ainda há programas em andamento no Cazaquistão e na Ucrânia, para a desmontagem de veículos de lançamento de armas nucleares e da estrutura relacionada com as armas nucleares, o que inclui instalações de armazenagem e treinamento.

O CTR está trabalhando com a Rússia para assegurar que os requisitos para a eliminação das armas ofensivas estratégicas, em conformidade com o START e outros acordos de controle de armamento, sejam cumpridos. Os projetos em andamento incluem a eliminação de mísseis balísticos lançados por submarinos, os próprios submarinos usados para o lançamento dessas armas, mísseis balísticos intercontinentais e os respectivos silos, bombardeiros pesados, motores-foguete, e propelente líquido.

Outra prioridade do CTR é o aperfeiçoamento da segurança física e operacional das armas nucleares russas durante o transporte e a armazenagem. O CTR proporcionou à Rússia melhorias na segurança das instalações de armazenamento de armas, e um sistema automatizado de controle e gerenciamento de

inventário que permite que o Ministério da Defesa da Rússia aperfeiçoe a monitoração da suas armas. Para garantir a segurança das armas nucleares durante o transporte, o CTR forneceu ao Ministério da Defesa da Rússia, super-containers, materiais pesados para a proteção de mísseis balísticos, e sistemas de segurança para vagões ferroviários.

Um dos principais obstáculos no desenvolvimento de armas nucleares é a aquisição de quantidades suficientes de materiais físseis. O CTR lançou, recentemente, uma grande e nova iniciativa com as suas organizações correspondentes na Rússia, para modificar os reatores que, atualmente, produzem plutônio usado para a fabricação de armas, para que tais reatores continuem a produzir energia – da qual o país necessita, e muito – sem produzir plutônio. Dessa forma, o CTR está garantindo que esses reatores de produção não sejam mais riscos de proliferação de materiais físseis. Além disso, o CTR está financiando um projeto para armazenagem segura, sob o ponto de vista operacional, físico, e ambiental, do material físsil removido de armas nucleares desmontadas.

O Programa CTR também funciona no sentido de promover a eliminação da capacidade de produção e uso de armas químicas. No momento, o CTR está envolvido no projeto e na construção de uma instalação para a destruição de armas químicas em Shchuch'ye, Rússia. Outros projetos do CTR ajudarão a eliminar a capacidade atual de produção de armas químicas.

O CTR fornece verbas para os programas relacionados com os contratos entre as suas próprias forças armadas e as de outros países, para estimular a criação de uma atmosfera de cooperação nas relações entre os Estados Unidos e os estados da antiga União Soviética, e para promover melhor compreensão entre as organizações militares correspondentes. O Programa CTR também tem patrocinado comunicações em nível governamental na Ucrânia, Bielo-Rússia, e Cazaquistão, que provêm meios confiáveis para que os signatários cumpram os requisitos de informações de controle de armamentos. Além disso, essas medidas estabelecem confiança e aprofundam o respeito mútuo.

Nos últimos anos, o CTR criou algumas novas iniciativas, incluindo a assinatura de acordos abrangentes com a Moldova, a Geórgia e o Usbequistão. Em conformidade com esses acordos, os Estados Unidos compraram 21 jatos MiG-29 da Moldova em 1997 para impedir que essas aeronaves, capazes de transportar e lançar armas nucleares, caíssem nas mãos de estados não-confiáveis que haviam manifestado interesse em adquiri-los. Neste ano, o CTR removeu, com sucesso, cinco quilos de urânio altamente enriquecido de uma usina atômica desativada nas proximidades de Tbilisi, Geórgia.

O sucesso do Programa CTR na redução de ameaças para os Estados Unidos faz com que ele seja uma parte indispensável da segurança nacional. Programas patrocinados pelo CTR resultaram, até agora, na desativação de 4.700 ogivas nucleares; na destruição de 319 mísseis balísticos intercontinentais (ICBMs); na eliminação de 254 silos para ICBMs; na desmontagem de 37 bombardeiros de longo raio de ação e mais de 1.000 mísseis de cruzeiro lançados por aeronaves; na eliminação de 96 lançadores de mísseis balísticos baseados em submarinos; e no fechamento de 131 túneis para testes nucleares.

O Programa CTR está freqüentemente procurando novas oportunidades de reduzir os riscos de proliferação e de dar continuidade ao trabalho de eliminação das armas de destruição em massa. Já foi iniciado um trabalho para que o arsenal nuclear da Rússia seja reduzido a níveis abaixo dos níveis do START II. O presidente Clinton e o presidente da Rússia, Boris Yeltsin falaram sobre a possibilidade de maiores reduções, no ano passado, na Iniciativa de Helsinque, expressando o desejo dos Estados Unidos e da Rússia de negociar o START III. No momento, o CTR está envolvido em examinar a melhor forma de implementar essa nova iniciativa.

O Programa CTR é uma das ferramentas mais eficazes e eficientes à disposição do governo dos Estados Unidos para garantir um ambiente internacional mais estável, reduzir a quantidade de armas de destruição em massa e impedir a sua proliferação, e ao mesmo tempo estabelecer relações fortes e duradouras com as antigas repúblicas soviéticas. O CTR é uma prova de que ambos os lados estão convencidos de que a proliferação das armas é um problema que todas as nações devem

enfrentar, e de que os problemas de amanhã podem ser resolvidos hoje, por meio da cooperação. O Congresso dos Estados Unidos alocou uma verba de mais de 2 bilhões de dólares para o CTR nos últimos anos – o que ainda é menos de 0.5% do orçamento de defesa nesse mesmo período. Sem o CTR, os custos para os Estados Unidos, em conflitos em potencial ou ataques de terroristas, poderiam ser infinitamente superiores. ◉

AMÉRICA CENTRAL: O AVANÇO DA DEMOCRACIA FORTALECE A PAZ E A SEGURANÇA

Entrevista com Paul Trivelli
Ex-Vice Diretor para Questões Referentes à América Central
Departamento de Estado

O avanço da democratização na América Central resultou em maior estabilidade na região, diz Paul Trivelli, que assumirá um novo posto, este mês, como vice-chefe da Missão da Embaixada dos Estados Unidos em Tegucigalpa, Honduras. Ele diz que há um compromisso contínuo dos Estados Unidos no sentido de apoiar a construção da democracia e ao mesmo tempo estimular a liberalização econômica na região. Trivelli, ex-vice-diretor para Questões Referentes à América Central, Departamento de Estado, foi entrevistado por Dian McDonald.

Pergunta: Como o senhor descreveria os principais fatores que levaram ao crescimento da democratização na América Central?

Trivelli: Acho que o crescimento da democratização na América Central, mais recentemente, foi uma conseqüência do final da Guerra Fria. E eu acho que o fim da Guerra Fria permitiu que a América Central e, mais particularmente lugares como El Salvador e Nicarágua, progredisse rumo à democracia e consolidasse a democracia que já possuía.

Ocorreu uma situação extraordinária na Nicarágua com a eleição, à presidência, de Violetta Chamorro em 1990 e a derrota dos Sandinistas nas urnas, e depois, com a passagem do governo eleito para Arnoldo Aleman, uns 19 meses atrás. Essa foi, na verdade, a primeira transição de poder civil de um presidente eleito para outro na história da Nicarágua. E esse é um grande exemplo do início da institucionalização da democracia na região.

Da mesma forma, em El Salvador, o fim da Guerra Fria acelerou o processo. Os acordos de paz de 1992 foram negociados com a ajuda dos Estados Unidos, das Nações Unidas, e outros. Agora há uma situação em que a FMLN (Frente Farabundo Marti de Libertação Nacional) - um antigo movimento guerrilheiro – se estabeleceu como partido político. O partido se deu muito bem nas eleições, um ano atrás. Na verdade, o prefeito de San Salvador foi eleito compondo uma chapa em coalizão com a FMLN. Portanto, essas são as mudanças realmente incríveis que ocorreram nessa região nos últimos oito a dez anos.

P: O senhor poderia definir, em termos específicos, como o fim da Guerra Fria teve um efeito sobre a democratização na América Central?

Trivelli: Em termos mais imediatos, o que ocorreu foi que o apoio que os soviéticos, os cubanos, e outros grupos tinham condições de proporcionar às forças guerrilheiras na região, de modo geral, desapareceu, ou ficou difícil ou impossível de prover. Além disso, com o princípio da democratização em lugares como a Europa Oriental, a queda do Muro de Berlim, e todas essas outras coisas, ficou óbvio para todos que um governo estatizante e marxista simplesmente não tinha nenhum futuro. Também ficou óbvio que, com o fim da Guerra Fria, toda uma nova série de questões iria se tornar mais importante. Não se tratava apenas de uma luta ideológica; não se tratava apenas de uma disputa militar-geopolítica entre o Oriente e o Ocidente. Mas o trato de outros tipos de questões transacionais ia começar a se tornar importante, e tudo isso começou, de fato, no período de 1989 a 1990.

P: De que forma o avanço da democratização da América Central resultou em maior estabilidade na região?

Trivelli: Com a assinatura dos acordos de paz na Guatemala em dezembro de 1996, pela primeira fez em três ou quatro décadas, a região está totalmente em paz. E isso é uma boa coisa. Os governos não estão em guerra, e isso faz que eles possam se concentrar mais na

construção das instituições, na reconstrução das suas economias, e no fortalecimento do processo democrático. Essa situação permitiu que o governo dos Estados Unidos – incluindo a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional [U.S. Agency for International Development] (USAID) – pudesse dedicar mais recursos exatamente a esses tipos de questões – por exemplo a construção das instituições, a administração da justiça, e o auxílio às polícias civis, para que estas se tornassem mais profissionais.

Assim, na minha percepção, a democratização resultou em maior estabilidade na região, o que, naturalmente, interessa aos Estados Unidos. Sempre estamos interessados em vizinhos que não estejam em guerra, que não estejam enviando, para o nosso país, imigrantes ilegais e refugiados, e cujas populações e economias estejam crescendo. Como resultado disso, nós vendemos mais e incentivamos as reformas econômicas na região, também. Portanto, tudo isso é bom.

Nós, naturalmente estivemos profundamente envolvidos com a América Central durante a maior parte da nossa história, e esse envolvimento se tornou maior, aproximadamente, no final da década de setenta. Temos apoiado muitos programas – como por exemplo, os IMET (Programas Internacionais Referentes às Forças Armadas, Educação e Treinamento) [International Military, Education, and Training] patrocinados pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos, e relacionados com a importância das relações entre civis e militares e a ascendência do poder civil sobre o poder militar. Patrocinamos muitos programas de reforma jurídica e ajudamos a proporcionar, para o poder judiciário, e para advogados, o treinamento, os recursos e os novos códigos necessários para modernizar os seus sistemas jurídicos, para que as pessoas possam acreditar, pela primeira vez, que a justiça está funcionando de maneira correta, transparente, e rápida.

Temos apoiado os tribunais eleitorais para tentar assegurar que eles tenham o treinamento e o equipamento necessários para conduzir eleições corretas. Nós próprios temos agido como observadores durante eleições e apoiamos muitas organizações não-governamentais (ONGs) para que elas pudessem agir como observadoras de eleições. Isso é só uma parte do que temos feito, mas esse é o tipo de coisa que, na minha opinião, estimulou o fortalecimento da democracia na área.

É também importante enfatizar que há pelo menos dois países na América Central que possuem tradições democráticas bastante duradouras. Belize, um país da Comunidade Britânica que se tornou independente em 1981, tem uma longa tradição de democracia. E a Costa Rica tem tido democracia desde 1949, quando o exército foi extinto.

P: ACom o crescimento do processo democrático na América Central haverá uma diminuição concomitante nos esforços dos Estados Unidos para manter a democracia na região?

Trivelli: Acho que todos nós compreendemos que a institucionalização da democracia não é um processo rápido, e portanto sabemos que temos que permanecer na área por muito tempo. E pelo que sabemos, a grande quantidade de recursos disponíveis para a assistência, está, obviamente, se tornando menor a cada dia que passa. Mas eu não vejo motivo para deixarmos de manter a nossa administração de programas de justiça, programas de treinamento para policiais, e programas IMET, aproximadamente no mesmo nível em que eles se encontram no momento. Na verdade, na Guatemala, após a assinatura dos acordos de paz, conseguimos empenhar uma verba de 100 milhões em um prazo de cinco anos, para apoiar o processo de paz no país. Portanto, eu acho que existe um compromisso, e esse compromisso provavelmente prevalecerá, a médio prazo.

Acho que também é importante que, em conjunto com o nosso apoio à democratização, nós também possamos estimular a liberalização econômica. Acho que essas tendências devem se apoiar mutuamente. Na América Central, temos observado uma considerável liberalização da economia, ao mesmo tempo em que presenciamos um crescimento substancial da democracia. E eu não acho que isso acontece por acidente. Na verdade, a região nos procurou e se manifestou com clareza, da seguinte forma: "Olhem, estamos interessados em um acordo de livre comércio com os Estados Unidos: achamos que isso seria uma boa coisa."

Portanto, esse é o reverso da medalha, por assim dizer. Estamos vendo muita liberalização, estamos vendo muito crescimento econômico, estamos vendo cada vez mais interesse de investidores estrangeiros na região. Isso fortalece a democracia – pelo menos indiretamente porque certamente, se um indivíduo perceber que ele tem um futuro econômico, que o seu quinhão na vida está aumentando, ele provavelmente se preocupará muito mais com a democracia e participará mais do processo democrático. Não se pode ter um processo democrático por muito tempo, no qual a população não vê nenhum benefício. Você não pode argumentar, com sucesso, "Precisamos da democracia" se o eleitorado não vir os benefícios diretos da democratização. Uma parte desses benefícios é o progresso econômico. Acredito que estamos vendo isso na América Central.

P: De que maneira as organizações regionais e o apoio dos Estados Unidos a essas entidades tem estimulado a democratização e a segurança regional na América Central?

Trivelli: Um dos esforços que temos feito nos últimos dois anos em particular é tratar a América Central, pelo menos até certo ponto, como uma região. Por exemplo a secretária de estado tem se reunido com os ministros das Relações Exteriores da região, como um grupo, para discutir várias questões regionais, inclusive coisas como imigração e deportação, desenvolvimento sustentado e o meio ambiente, e questões de livre comércio – as principais questões globais para o século XXI. E após a visita do presidente Clinton a San José no ano passado, a procuradora-geral Janet Reno e o general Barry McCaffrey, diretor do Escritório de Política de Combate ao Tráfico de Drogas, se reuniram com indivíduos que têm cargos correspondentes aos seus na região, para falar sobre questões de combate ao tráfico e cumprimento da lei e para discutir o que eles podem fazer em conjunto.

Depois disso, o secretário do Trabalho Alexis Herman se reuniu com os ministros do Trabalho da região para conversar, em termos regionais, sobre o fortalecimento dos ministérios do trabalho e o fortalecimento da legislação trabalhista, particularmente em áreas como o trabalho infantil. Além disso, a Representante Comercial dos Estados Unidos Charlene Barshefsky se reuniu com o grupo para discutir questões comerciais, especialmente o que a América Central pretende fazer nesse momento em que este hemisfério progride rumo ao livre comércio.

Portanto, eu acho que todos esses esforços, em conjunto, indicam que estamos realmente tentando fortalecer a região como uma região e estamos querendo nos beneficiar do fato de que existe uma certa identidade regional na área. Naturalmente, existem outras organizações regionais às quais já prestamos apoio. Por exemplo, a Aliança Centro-Americana para o Desenvolvimento Sustentado, uma organização financiada pela USAID e por outros recursos dos Estados Unidos, trata, em grande parte, das questões ambientais e de desenvolvimento sustentado. Essa organização já está funcionando há quatro ou cinco anos. Portanto, estamos começando a avançar em uma frente multilateral.

P: O senhor pode falar um pouco sobre o papel das ONGs na América Central?

Trivelli: Não há dúvida de que as ONGs têm se tornado cada vez mais importantes na região, funcionando tanto como implantadoras quanto como analistas da nossa política em uma série de questões. Por exemplo, ONGs relacionadas ao trabalho têm se interessado muito pelas condições de trabalho na América Central. Os grupos ambientais têm tido um impacto nesses países, no que diz respeito às suas políticas de desenvolvimento sustentado e ao seu papel no sentido de conscientizar os países sobre as questões mais amplas de mudanças climáticas. As ONGs também tem estado envolvidas na observação de eleições e no trabalho com organizações que tentam promover o diálogo político e o consenso em muitos desses países. Uma coisa que percebemos é que a arte do diálogo habilidoso em um nível de cortesia entre entidades políticas que discordam entre si estava em um nível muito baixo dez anos atrás. Portanto, pouco a pouco, eu acho que a qualidade do diálogo político doméstico na América Central melhorou muito, e pelo menos uma parte dessa melhoria foi estimulada pela participação das ONGs

P: O senhor prevê uma participação maior das ONGs nos próximos cinco a dez anos?

Trivelli: Eu teria que dizer que sim. Eu acho que essa

é certamente a tendência. As ONGs têm manifestado um grande interesse na América Central, e eu não acho que esse interesse vai diminuir a médio prazo.

P: O senhor vê alguns problemas que são peculiares à região, no estabelecimento das sociedades civis?

Trivelli: Acho que provavelmente existem alguns, mas há também muitos problemas que são comuns a outros países em outras regiões do mundo. Certamente um fator que dificulta as coisas na América Central é a história relativamente curta de participação política, por parte das massas, no processo político. Só agora estamos vendo uma espécie de participação popular nas políticas governamentais. Muitos desses países possuem assembléias ou legislaturas relativamente fracas. Essas instituições estão sendo fortalecidas com o tempo. Em muitos desses países, por exemplo, os militares e os civis não dialogavam muito, 10 a 15 anos atrás. Cada vez mais, estamos vendo um quadro de civis que estão começando a desenvolver alguma competência em questões civis-militares.

E eu acho, simplesmente, que o baixo nível educacional nesses países dificulta o processo. Quanto mais bem educado for o eleitorado, mais ele tende a participar do processo político. Portanto, pode-se partir da premissa de que à medida que os níveis educacionais melhoram, à medida que a taxa de alfabetização melhora – como tem sido o caso nos últimos 15 anos na América Central – mais atividade ocorre no nível popular.

P: Até que ponto os narcóticos e a corrupção estão ameaçando a democracia na América Central?

Trivelli: Isso certamente não ocorre na mesma escala em que pode acontecer em um lugar como a Colômbia. Mas existe uma quantidade substancial de tráfico de drogas na América Central. Basta olhar para o mapa e você verá que isso provavelmente está acontecendo. A América Central é a única ponte de terra entre as áreas produtoras e as áreas consumidoras. Apesar disso, os governos da América Central têm cooperado conosco em atividades de combate ao tráfico. Temos programas em funcionamento em todos os países da região. Mas a droga é um problema que quase inevitavelmente ainda estará conosco nos próximos anos.

Em termos de corrupção, acho que esse é um assunto ainda mais sensível. Esse problema está entre os temas que foram discutidos na Cúpula das Américas e na Organização dos Estados Americanos (OEA). E eu acho que há um reconhecimento de que os governos na região precisam tomar providências contra a corrupção. Portanto, o combate à corrupção, a maior transparência e maior profissionalismo no setor público são questões nas quais estamos vendo cada vez mais interesse.

P: Há outras ameaças à região?

Trivelli: Uma das ameaças mais preocupantes que vemos no momento na América Central é o crescimento da criminalidade. Infelizmente acho que isso é um reflexo das guerras da década de oitenta. Agora, naturalmente, há soldados desmobilizados e guerrilheiros desmobilizados, mas ainda há muitas armas e muitas pessoas que sabem muito a respeito da violência. Um novo grupo de forças policiais foi criado nos últimos anos; essas forças estão sob o controle de civis, e não de militares, mas elas ainda não são tão eficazes quanto talvez pudessem ser, em termos de profissionalização. Há também uma questão a respeito da quantidade de recursos que esses países têm que dedicar à atividade policial. O que estamos vendo, infelizmente, é um aumento na atividade criminosa organizada em lugares como Guatemala e El Salvador, e talvez, em menor grau, em Honduras.

P: O senhor se preocupa com a possibilidade de haver retrocessos, agora que as nações estão progredido com relação à democracia? Quais são os sinais de alerta e que mecanismos devem ser acionados quando esses sinais de alerta aparecerem?

Trivelli: Certamente, na América Central, a democracia ainda não está bem enraizada. Mas ela está se firmando a cada ano que passa. Progredimos de eleição em eleição; cada eleição nos leva à próxima, à medida que as instituições como as legislaturas e os sistemas judiciários adquirem mais experiência, e à medida que os militares aceitam mais o controle civil. Todos esses fatores refletem uns nos outros, e na verdade, consolidam a democracia. Mas os recuos, eu imagino, sempre são possíveis. Eles podem ocorrer de muitas formas. Dificuldades econômicas, por exemplo.

Disputas entre as nações, questões fronteiriças, por exemplo – podem causar problemas. Situações internas podem causar problemas – criados por exemplo, por líderes carismáticos da "velha escola". Mas eu acho que as chances disso acontecer são menores a cada dia que passa, porque o exemplo mundial, a tendência mundial, aponta para uma democratização cada vez maior. Acho que agora os países podem contar com o apoio dos seus vizinhos em termos de democratização. Isso poderia acontecer na América Central; se um país começasse a recuar, os próprios vizinhos se sentiriam incomodados. E se algum movimento antidemocrático começar a se manifestar, a OEA como organização poderia, possivelmente, intervir e alertar as partes interessadas, dizendo que isso é uma coisa que não deve acontecer.

Portanto, temos muita esperança de que não haverá reveses no processo de democratização. Acreditamos que o sistema internacional e o sistema regional que estão instalados na região tornariam um recuo desse tipo mais difícil.

FATOS E NÚMEROS: PROTEGENDO AS INFRA-ESTRUTURAS CRÍTICAS DOS ESTADOS UNIDOS

(Instrução nº 63, Emitida por Ordem do Presidente)

As informações que se seguem, a respeito da Instrução nº 63, foram divulgadas pela Casa Branca no dia 22 de maio de 1998.

Esta Instrução Presidencial se baseia nas recomendações da Comissão do Presidente Sobre Proteção de Infra-Estrutura Crítica. Em outubro de 1997, a Comissão emitiu o seu relatório, solicitando um esforço em âmbito nacional para garantir a segurança das infra-estruturas, cada vez mais vulneráveis e interligadas, dos Estados Unidos, como, por exemplo, os serviços de telecomunicações, bancos e setor financeiro em geral, energia, transportes e serviços essenciais do governo.

A Instrução Presidencial 63 é o resultado de um intenso esforço, envolvendo vários órgãos governamentais, para avaliar essas recomendações e produzir uma estrutura funcional e inovadora para a proteção da infra-estrutura crítica. A política do presidente:

— Estabelece um objetivo de uma infra-estrutura de sistemas de informação confiável, interligada, e segura até o ano 2003, e uma segurança consideravelmente aperfeiçoada para os sistemas do governo até o ano 2000, pelos seguintes meios:

a) Criando imediatamente um centro nacional para alertar a respeito de e reagir a ataques.
b) Estabelecendo as condições para a proteção de infra-estruturas críticas contra atos intencionais até 2003.

— Trata das vulnerabilidades cibernéticas e físicas da infra-estrutura do governo federal determinando que cada departamento e órgão governamental faça um esforço para reduzir o seu grau de exposição a novas ameaças;

— Determina que o governo federal sirva de modelo para o resto do país sobre como a proteção da infra-estrutura pode ser conseguida;

— Solicita a participação voluntária das empresas privadas para alcançar objetivos comuns para proteger nossos sistemas críticos, por meio de parcerias entre o setor público e o setor privado;

— Protege os direitos à privacidade e procura utilizar as forças do mercado. Tem como objetivo fortalecer e proteger o poder econômico da nação, e não sufocá-lo.

— Procura a participação integral e informações do Congresso.

A PDD-63 estabelece uma nova estrutura para enfrentar esse importante desafio:

— Um Coordenador Nacional cuja abrangência incluirá não apenas a infra-estrutura crítica mas também o terrorismo estrangeiro e ameaças de destruição em massa (incluindo armas biológicas) porque os ataques aos Estados Unidos podem não vir com rótulos elegantes indicando em que jurisdição eles se enquadram;

— O Centro Nacional de Proteção à Infra-Estrutura [National Infrastructure Protection Center] no FBI [Polícia Federal Norte-Americana], que incluirá representantes do FBI, do Departamento de Defesa, do Serviço Secreto dos Estados Unidos, dos Departamentos de Energia e Transportes, da Comunidade de Inteligência, e do setor privado, em uma tentativa inédita de compartilhar informações entre órgãos governamentais, em cooperação com o setor privado. O Centro também proverá os principais meios para facilitar e coordenar a resposta do governo federal a um incidente, a atenuação do impacto de um ataque, a investigação de ameaças, e a monitoração dos trabalhos de reconstituição;

— É sugerida a montagem de um Centro de Partilha e Análise de Informações pelo setor provado, em cooperação com o governo federal;

— Um Conselho Nacional de Garantia de Infra-Estrutura reunindo pessoal escolhido entre líderes do setor privado e funcionários públicos estaduais/municipais para proporcionar orientação para a formulação da política de um Plano Nacional;

— O Escritório Nacional de Garantia da Infra-Estrutura Crítica fornecerá apoio ao trabalho do Coordenador Nacional com os órgãos governamentais e com o setor privado para o desenvolvimento de um plano nacional. O escritório também ajudará a coordenar um programa nacional de treinamento e conscientização, e relações com parlamentares e com a comunidade.

Para obter informações mais detalhadas sobre essa Instrução Presidencial, entre em contato com o Escritório de Garantia da Infra-Estrutura Crítica [Critical Infrastructure Assurance Office] pelo telefone (703) 696-9395 para obter cópias do Relatório Sobre a Proteção da Infra-Estrutura Crítica [White Paper on Critical Infrastructure Protection].

FATOS E NÚMEROS: COMBATENDO O TERRORISMO

(Instrução n.º 62, Emitida por Ordem do Presidente)

As informações que se seguem, a respeito da Instrução n.º 62, foram divulgadas pela Casa Branca no dia 22 de maio de 1998

FATOS E NÚMEROS: PREPARAÇÃO PARA UM ATAQUE POR MEIO DE ARMAS BIOLÓGICAS

(Documento Emitido pela Casa Branca em 22 de maio de 1998)

O presidente Clinton reconhece que a disponibilidade de agentes biológicos e os avanços na biotecnologia significam que os Estados Unidos precisam estar preparados para um ataque envolvendo armas biológicas contra as nossas forças armadas ou civis.

As forças armadas norte-americanas já estão trabalhando arduamente na defesa contra esse perigo. A possibilidade, durante a recente crise na região do Golfo Pérsico, de nossas forças se defrontarem com armas biológicas produzidas pelo programa secreto de Saddam Hussein, demonstra a urgência desse esforço. Sob a liderança do presidente Clinton, o Departamento de Defesa tem apresentado um progresso significativo no que diz respeito à proteção de efetivos americanos:

Uma verba adicional de um bilhão de dólares para a defesa contra armas químicas e biológicas foi acrescentada ao Plano Qüinqüenal de Defesa.

A partir de hoje, o programa de vacinação do Departamento de Defesa contra a bactéria mortal antraz está sendo ampliado, de modo a incluir não apenas as tropas na região do Golfo, mas todo o pessoal da ativa e da reserva das forças armadas dos Estados Unidos.

As forças armadas dos Estados Unidos também estão desempenhando um importante papel na preparação em nível doméstico.

Em conformidade com o Programa Nunn-Lugar-Domenici, peritos militares estão participando no treinamento de pessoal de emergência nas nossas 120 maiores cidades, para responder a um ataque terrorista envolvendo armas de destruição em massa (WMD) [weapons of mass destruction].

Hoje, o Departamento de Defesa está anunciando a seleção de dez estados nos quais unidades da Guarda Nacional receberão um treinamento especial para auxiliar as autoridades estaduais e locais no gerenciamento das conseqüências de um ataque WMD. Os estados são: Massachusetts, Nova York, Pensilvânia, Geórgia, Illinois, Texas, Missouri, Colorado, Califórnia and Washington.

O presidente Clinton acredita que precisamos fazer mais para proteger a nossa população civil contra o flagelo das armas biológicas. No seu discurso por ocasião da formatura dos alunos da Academia Naval de Anápolis, ele anunciou que o governo desenvolveria uma estratégia abrangente para tratar dessa ameaça. Haverá ênfase em quatro áreas críticas:

Primeiro, se os terroristas liberarem bactérias ou vírus para atingir americanos, precisamos ser capazes de identificar os agentes patogênicos com rapidez e precisão. O plano do presidente terá como objetivo aperfeiçoar o trabalho das nossas equipes de vigilância na área médica e de saúde pública, para que o alarme possa ser disparado rapidamente. Esses aperfeiçoamentos não beneficiarão apenas a nossa preparação para um ataque por meio de armas biológicas – eles resultarão em melhor capacidade de reagir rapidamente e com eficácia a surtos de doenças infecciosas que possam ocorrer.

Segundo, o nosso pessoal de reação a emergências precisa ter o treinamento e o equipamento de que precisam para fazer o seu trabalho adequadamente. A partir dos programas atuais, o plano do presidente Clinton garantirá que as autoridades federais, estaduais, e municipais tenham os recursos e os conhecimentos de que precisam para lidar com uma crise.

Terceiro, precisamos ter os medicamentos e as vacinas necessários(as) para tratar os que adoecerem ou para evitar que os que estão correndo riscos adoeçam por causa de uma ataque de armas biológicas. O presidente Clinton proporá a criação de um estoque civil de medicamentos, de proporções nunca antes vistas. A

escolha dos medicamentos e vacinas a serem estocados(as) será baseada nos agentes patológicos que tiverem a maior probabilidade de serem usados pelos terroristas das potências hostis.

Quarto, a revolução na biotecnologia oferece enormes possibilidades para o combate a armas biológicas. O plano do presidente Clinton dará início a um esforço coordenado de pesquisa e desenvolvimento para criar a próxima geração de vacinas e ferramentas de diagnóstico para serem utilizadas contra essas armas.

FATOS E NÚMEROS: PROGRAMA DO GOVERNO DOS EUA PARA A REMOÇÃO HUMANITÁRIA DE MINAS

(Documento Emitido pelo Departamento de Estado em 20 de maio de 1998)

As pessoas em mais de 60 países, a maioria dos quais em desenvolvimento, enfrentam diariamente uma ameaça de serem mortas ou incapacitadas pelos milhões de minas terrestres que estão instaladas atualmente. Todas as estimativas dos números são imprecisas; o que se sabe é que as minas terrestres antipessoais e o itens de material bélico não explodido causam milhares de baixas todos os anos. Como a maioria das minas terrestres têm uma vida longa e são difíceis de detectar, elas continuarão a representar uma ameaça para as populações civis durante décadas, a não ser que sejam tomadas providências para remover essas assassinas ocultas. O programa norte-americano está, de fato, proporcionando apoio às operações de remoção de minas, para remover as minas agora. Cada mina removida do solo significa, potencialmente, mais uma vida salva.

Desde 1993, os Estados Unidos destinaram mais de 245 milhões de dólares à remoção humanitária de minas em nível global. O apoio do Congresso à remoção de minas tem sido forte. A contribuição dos Estados Unidos, da ordem de 92 milhões em 1998, deverá representar uma grande parte do comprometimento em nível mundial para a remoção humanitária de minas.

Desde o início do programa dos Estados Unidos em 1993, 19 países já foram incluídos em programas de remoção humanitária patrocinados pelos Estados Unidos:

AFEGANISTÃO (UNOCHA, Escritório das Nações Unidas Para a Coordenação da Assistência Humanitária no Afeganistão)

ANGOLA (UNDP, Programa de Desenvolvimento da ONU, e USAID, Agência dos Estados Unidos Para ao Desenvolvimento Internacional)

BÓSNIA-HERZEGOVINA

CAMBODJA

CHAD

COSTA RICA (OAS/IADB, Organização dos Estados Americanos /Conselho Inter-Americano de Defesa)

ERITRÉIA

ETIÓPIA

GUATEMALA (OAS/IADB)

JORDÂNIA

HONDURAS (OAS/IADB)

LAOS

LÍBANO

MOÇAMBIQUE

NAMÍBIA

NICARÁGUA (OAS/IADB)

RUANDA (USAID)

IÊMEN

ZIMBÁBUE

Em 14 desses países, as minas estão sendo removidas do solo agora. Os programas estão se iniciando, neste ano, no Iêmen, Chad, e Líbano, e os programas para a Guatemala e o Zimbábue foram aprovados no início de fevereiro. Outros países começaram a fazer consultas preliminares a respeito da participação no programa.

O governo dos Estados Unidos é um líder mundial no apoio decisivo à ação de remoção humanitária de minas. No Camboja, os Estados Unidos, em cooperação com outros doadores internacionais, apóiam o Centro Cambojano de Ação Contra as Minas, cujo trabalho reduziu a taxa de mortalidade devido às minas terrestres, à metade. Este programa passou, em grande parte, a ser gerenciado pelos seus próprios meios, com apoio financeiro multilateral. Na Namíbia, os removedores de minas conseguiram reduzir a taxa de baixas em 90 por cento. Ruanda, com a assistência dos Estados Unidos, já limpou quase um quarto do seu território contaminado por minas. Em vários países, o flagelo das minas antipessoais e dos itens de material bélico não explodido está prestes a ser eliminado. Dentro de poucos anos, os países da

América Central poderão se considerar isentos de minas e a Namíbia e a Eritréia estão progredindo constantemente para atingir o mesmo objetivo.

Em outros locais, os Estados Unidos apóiam a remoção humanitária de minas por meio de organizações internacionais como o Escritório das Nações Unidas Para a Coordenação de Assistência Humanitária no Afeganistão [United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Assistance in Afghanistan] (UNOCHA), permitindo que essa organização continue a executar com sucesso as suas operações de remoção de minas. O apoio dos Estados Unidos ao UNOCHA continua em 1998, em algumas áreas que possuem o terreno mais difícil do mundo para remover minas terrestres e munições não explodidas.

Os Estados Unidos treinaram e equiparam aproximadamente um quarto dos removedores de minas que atualmente se encontram em atividade no mundo. Em 1997 e 1998, 276 soldados e 20 civis americanos treinaram mais de 1.600 removedores de minas na África, América Latina, Indochina e Bósnia, em conscientização a respeito da minas, técnicas de remoção, tratamento médico emergencial, e estabelecimento de centros nacionais de ação contra minas. Os Estados Unidos estimulam parcerias públicas e privadas, como a Time-Warner/DC Comics, a UNICEF (Fundo das Nações Unidas Para Crianças), e a cooperação do governo americano, no desenvolvimento e distribuição de uma revista em quadrinhos "Superman" de fama internacional, que tem, como público-alvo, as crianças da antiga Iugoslávia. Uma versão em espanhol para a América Central deverá ser lançada em meados de 1998.

COMO O PROGRAMA HUMANITÁRIO DE REMOÇÃO DE MINAS DOS EUA FUNCIONA

Os Estados Unidos implementam este programa em cooperação com agências internacionais e governos anfitriões, das nações afetadas pelas minas. Após a cessação das hostilidades, e mediante convite do governo anfitrião, os Estados Unidos apoiam operações de remoção de minas e programas de conscientização a respeito das minas, proporcionando programas de apoio de treinamento, know-how, e equipamentos, administrados pelo Departamento de Defesa. A partir do momento em que um programa local é estabelecido, o Departamento de Estado provê verbas para o apoio contínuo, em termos de equipamento, das operações de remoção de minas. Em alguns países em que uma missão direta de treinamento dos Estados Unidos não pode ou não deve ser utilizada, os Estados Unidos contribuem com programas administrados pelas Nações Unidas, pela Organização dos Estados Americanos, e pela Agência dos Estados Unidos Para o Desenvolvimento Internacional (USAID).

Os Estados Unidos patrocinam a pesquisa e o desenvolvimento para a remoção de minas, para examinar as tecnologias existentes e propostas quanto a soluções práticas e economicamente viáveis para a remoção e desativação de minas. Na Bósnia, Namíbia, e outras nações, as soluções técnicas para a remoção de minas são testadas no campo por removedores experientes de minas, das nações anfitriãs, que são auxiliados nos seus esforços, enquanto, simultaneamente, avaliam a possibilidade de utilizar novos dispositivos mecânicos e técnicos. Mais de 120 dispositivos, especificamente projetados para a remoção humanitária de minas, já foram examinados, e 21 foram selecionados para desenvolvimento. Mais de 17 milhões de dólares em fundos administrados pelo Departamento de Defesa foram destinados à pesquisa e desenvolvimento na remoção humanitária de minas em 1998.

A principal fonte de assistência para as vítimas de minas terrestres e munições não explodidas é o Fundo Patrick J. Leahy de Vítimas de Guerra , administrado pela USAID. O objetivo principal do fundo é fornecer próteses para civis que tiverem membros amputados, para ajudá-los a se reintegrarem à sociedade civil. O fundo também auxilia as crianças que contraem paralisia (pólio) durante os períodos de luta em que os programas de imunização são interrompidos. O fundo trabalha por meio de organizações não-governamentais para desenvolver uma base de competência que deve resultar na provisão de serviços sustentados para os deficientes. Os programas são um elemento inerente à reconstrução e à recuperação da vida nacional.

EVOLUÇÃO DO PROGRAMA DE MINAS TERRESTRES DOS EUA

O Programa de Remoção Humanitária de Minas do Governo dos Estados Unidos foi criado em fins de 1997 para aliviar o sofrimento humano e estimular a segurança nacional e regional, a estabilidade social e política, e o desenvolvimento econômico, reduzindo o número de baixas devido às minas terrestres, por meio do apoio ao treinamento e às operações de remoção de minas, conscientização a respeito das minas, e pesquisa e desenvolvimento de tecnologia para a remoção de minas. O programa tem como objetivo estabelecer uma base de competência sustentável, local, e humanitária para a remoção de minas em países infestados por minas, que possa continuar em atividade após o término do envolvimento direto dos Estados Unidos.

Discursando na Assembléia Geral da ONU em setembro de 1994, o presidente Clinton foi o primeiro líder mundial a pedir a eliminação das minas terrestres antipessoais. Por insistência dos Estados Unidos, as nações da ONU votaram a favor de conseguir um acordo abrangente para banir as minas terrestres antipessoais.

Em maio de 1996, o presidente Clinton anunciou planos unilaterais dos Estados Unidos para destruir os estoques americanos de três milhões de minas terrestres antipessoais, do tipo que não é auto-destrutivo, até 1999. A destruição dessas minas está ocorrendo de acordo com o cronograma, e mais da metade já foi destruída. Somente as minas que se destinam ao uso na Coréia ou que forem necessárias para treinamento defensivo serão mantidas, até que meios alternativos possam ser desenvolvidos.

Em janeiro de 1997, os Estados Unidos começaram a trabalhar com outras nações na Conferência para o Desarmamento em Genebra, para negociar uma proibição eficaz e global das minas terrestres antipessoais. No dia 17 de setembro de 1997, o presidente reiterou o nosso compromisso no sentido de trabalhar ativamente para estabelecer negociações na Conferência sobre Desarmamento; a primeira etapa de tal esforço seria conseguir um acordo para a proibição da exportação.

Em 17 de janeiro de 1997, o presidente anunciou que os Estados Unidos fariam uma moratória permanente na exportação de minas terrestres antipessoais. Além disso, o presidente determinou que o estoque de minas terrestres auto-destrutivas dos Estados Unidos seria limitado aos níveis atuais.

Em 17 de setembro de 1997, o presidente anunciou iniciativas significativas para a eliminação de minas terrestres e a ampliação dos esforços para remover as minas existentes. Ele determinou que o Departamento de Defesa desenvolvesse alternativas ao uso das minas terrestres antipessoais fora da Coréia até 2003 e dentro do território da Coréia até 2006. O general David Jones, ex –Chefe do Estado-Maior Conjunto, foi nomeado Assessor Especial do Presidente e do Secretário de Defesa, no que se refere a esse processo. O presidente também anunciou uma expansão significativa do programa humanitário de remoção de minas em novos países e determinou um aumento das verbas para treinamento, operações, e pesquisa e desenvolvimento. Em 1998, dedicaremos mais de 80 milhões de dólares a esse esforço, o que significa um crescimento a partir do nível do ano passado, que era de 40 milhões. Para assistência às vítimas, o Fundo Leahy de Vítimas de Guerra também recebeu um aumento; sua a verba agora é de 7,5, milhões.

O governo está procurando obter uma recomendação prévia e o consentimento do Senado, para a ratificação da Convenção Sobre Armas Convencionais, Protocolo II sobre o uso ou o emprego de minas terrestres antipessoais. O protocolo estabelece novas normas para proteger civis enquanto os países progridem rumo ao objetivo de uma proibição, que possa ser colocada em prática, das minas terrestres antipessoais.

Em outubro de 1997, o presidente Clinton se comprometeu em relação à continuidade da liderança dos Estados Unidos na erradicação, até o ano 2010, das minas terrestres antipessoais e das munições não explodidas que ameaçam os civis e a estabilidade econômica, social, e política dos seus países. No dia 31 de outubro de 1997, a secretária de Estado Allbright anunciou a nomeação do secretário assistente Karl R. Inderfurth para a posição de Representante Especial do Presidente e da Secretária de Estado Para Questões Referentes à Remoção Humanitária de Minas. Por

ocasião da divulgação dessa informação, a secretária deu início a uma nova iniciativa, "Remoção de Minas 2010", para acelerar grandemente as operações de remoção humanitária de minas em nível global, e a assistência, tendo como objetivo o fim da praga das minas terrestres, que representam uma ameaça aos civis. Por meio dessa iniciativa, espera-se que a comunidade internacional desenvolva, reúna, e atribua os recursos necessários para atingir esse objetivo até o ano 2010.

O FUTURO

Em setembro de 1997, três novos países foram acrescentados ao programa – o Chad, o Líbano e o Zimbábue – e um escritório dos Estados Unidos para a remoção de minas foi criado em Sarajevo. Outras providências incluem a ampliação dos programas humanitários de remoção de minas dos Estados Unidos em outros países, o desenvolvimento e a distribuição, no campo, de novas tecnologias de detecção e remoção de minas, e um aumento no apoio financeiro dos Estados Unidos às bases locais de competência para a remoção humanitária de minas em três áreas: educação para a conscientização a respeito das minas, operações e treinamento de remoção de minas, e assistência médica. Em cooperação com a USAID, os Estados Unidos também procuram expandir os programas de assistência às vítimas.

Maior autoridade legislativa, por parte do Congresso, permitirá ao Departamento de Defesa investigar mecanismos inovadores de custeio. Essas novas medidas podem envolver a contratação direta de ação contra as minas por meio de organizações não-governamentais, consultores comerciais, e firmas de remoção de minas, e custeio direto de operações governamentais. Para evitar a má administração, esses novos mecanismos serão lançados em 1998, e sua implementação deverá estar completa em 1999.

O programa humanitário dos Estados Unidos para a remoção de minas continua sendo um esforço prático para aliviar o sofrimento global e a estagnação econômica, fazendo com que a terra e a infra-estrutura possam voltar a ser utilizadas com segurança. Os Estados Unidos apóiam o espírito de cooperação internacional que resultou na proibição, pela Convenção de Ottawa, do uso, armazenamento, produção, ou transferência de minas terrestres antipessoais. Além das disposições da proibição, os Estados Unidos estão diretamente envolvidos em programas que apresentam benefícios práticos para resolver a crise global das minas terrestres, eliminando o grande número das minas terrestres já instaladas. Desde o seu início, o programa humanitário dos Estados Unidos para a remoção de minas tem contribuído significativamente para o aumento da conscientização a respeito das minas, do treinamento técnico, da remoção das minas propriamente ditas, e da assistência às vítimas em vários países. E acima de tudo, o programa tem salvo vidas.

Política de Segurança dos EUA no Mundo em Mudanças
AVISO SOBRE ARTIGOS

Berkowitz, Bruce D.; Goodman, Allan E. THE LOGIC OF COVERT ACTION (The National Interest, no. 51, Spring 1998, pp. 38-46)

Com o advento da "guerra da informação" – a utilização de, ou os ataques a, sistemas de informação, para obter vantagens militares ou políticas -- "a questão da ação secreta pode, em breve, se tornar mais importante do que nunca," dizem os autores. Citando a má utilização de operações secretas no Iraque e em outros locais, eles insistem para que haja um debate público sobre os princípios gerais da ação secreta dos Estados Unidos, para evitar uma repetição dos "erros em supervisão, responsabilização, e eficácia, que prejudicaram as ações secretas no passado."

Booker, Salih. THINKING REGIONALLY ABOUT AFRICA (Current History, vol. 97, no. 619, May 1998, pp. 200-203)

Booker argumenta que o envolvimento americano na África deve ter como ênfase a promoção dos interesses americanos em todas as cinco regiões com continente. Citando "um novo, embora cauteloso, otimismo a respeito das possibilidades da África," o autor diz que os Estados Unidos precisam parar de enfatizar parcerias com "estados que tenham sido bem sucedidos nas suas reformas" e que devem começar a ajudar os países que têm grandes problemas e que apesar, disso, têm um grande potencial para promover os interesses americanos no que diz respeito ao desenvolvimento econômico, à segurança e à democracia no continente.

Freedman, Lawrence. INTERNATIONAL SECURITY: CHANGING TARGETS (Foreign Policy, no. 110, Spring 1998, pp. 48-63)

Freedman examina visões conflitantes sobre o estudo da segurança internacional no mundo pós-Guerra Fria. O foco da frente central da OTAN e do equilíbrio nuclear, ele diz, foi substituído por um forte interesse na maneira pela qual a força está sendo usada na África, na Ásia, no Oriente Médio e na Europa pós-comunismo. O atual desafio para os Estados Unidos "é encontrar um nível de envolvimento em questões internacionais que impeça os pequenos problemas de se tornarem grandes, sem forçar a nação a suportar um fardo insuportável, domesticamente."

Joseph, Robert G.; Reichart, John F. THE CASE FOR NUCLEAR DETERRENCE TODAY (Orbis, vol. 42, issue 1, Winter 1998, pp. 7-19)

Os autores acreditam que, para os Estados Unidos e seus aliados, "a dissuasão em vez do desarmamento pela desnuclearização continua sendo a base para uma política sólida" porque a dissuasão conseguiu salvar "inúmeras vidas, fazendo com que a possibilidade de uma guerra fosse horrível." Descrevendo uma postura segundo a qual se deve manter uma postura digna de crédito, referente às armas nucleares, eles mencionam a necessidade de "criar uma defesa – uma apólice de seguro – contra uma inversão nas relações com a Rússia e a China." Ambas as nações já demonstraram uma tendência "a fazer mudanças radicais na sua orientação política" e também "um compromisso constante quanto à posse de armas nucleares," observam os autores.

Karatnycky, Adrian. AS GOOD AS IT GETS (American Spectator, vol. 31, issue 5, May 1998, pp. 54-57)

"Talvez estejamos no meio de um período de progresso humano extraordinário," argumenta o autor, que é o presidente da Freedom House [Casa da Liberdade]. Embora existam ameaças internacionais feitas por tiranos perigosos, terrorismo biológico e químico, e um "choque de culturas," ele diz, "a realidade é que tudo indica que o mundo está se tornando cada vez mais livre na sua política e cada vez mais aberto na sua economia." Recomendando o estímulo das tendências democráticas e de livre mercado para que os benefícios recentes possam ser mantidos, Karatnycky diz: "um esforço desse tipo requer maior coordenação pela crescente comunidade de democracias do mundo."

Mann, Paul. PENTAGON CALLED UNPREPARED FOR "POST-MODERN" CONFLICT (Aviation Week & Space Technology, vol. 148, no. 17, April 27, 1998, pp. 54-56)

Alguns teóricos militares norte-americanos estão defendendo uma posição segundo a qual o Departamento de Defesa deveria estar se preparando para um futuro no qual os estados cibernéticos podem substituir as nações-estado como adversários, segundo o autor. Mann escreve sobre um novo inimigo "virtual", sem fronteiras, que evitará os campos de batalha, não invadirá territórios, e "não procurará obter vitórias" no sentido clássico, mas que tentaria "infligir o pânico social" por meio de vírus de

computador ou ataques com armas químicas e biológicas. Uma redefinição da defesa nacional pode ser necessária para lidar com um inimigo do século XXI que pode contar com armas não-mortíferas como microondas de alta potência, robôs, raios laser, armas acústicas ou espuma aderente, para obter vantagens estratégicas, ele diz.

As anotações acima fazem parte de Aviso Sobre Artigos mais abrangente que aparece na home page do Serviço de Informações dos Estados Unidos:
http://www.usia.gov/admin/001/wwwhapub.html

Política de Segurança dos EUA no Mundo em Mudanças
BIBLIOGRAFIA

ASIAN SECURITY 1997-98, 19th EDITION. Washington: Brassey's, 1997. 256p.

Bacchus, William I. THE PRICE OF AMERICAN FOREIGN POLICY: CONGRESS, THE EXECUTIVE AND INTERNATIONAL AFFAIRS FUNDING. University Park, PA: Pennsylvania State University Press, 1997. 343p.

Blackwill, Robert D.; Archick, Kristin. THE UNITED STATES, EUROPE, AND THE NEW SECURITY THREATS. New York: Council on Foreign Relations, 1998. 28p.

Brzezinski, Zbigniew K. THE GRAND CHESSBOARD: AMERICAN PRIMACY AND ITS GEOSTRATEGIC IMPERATIVES. New York: Basic Books, 1997. 256p.

Calleo, David P. A NEW ERA OF OVERSTRETCH? AMERICAN POLICY IN EUROPE AND ASIA (World Policy Journal, vol. 15, no. 1, Spring 1998, pp. 11-23)

Eland, Ivan. PROTECTING THE HOMELAND: THE BEST DEFENSE IS TO GIVE NO OFFENSE. Washington: CATO Institute Policy Analysis, no. 306, May 5, 1998. 49p.

Foran, Virginia I., editor. MISSED OPPORTUNITIES? THE ROLE OF SECURITY ASSURANCES IN NUCLEAR NON-PROLIFERATION. Washington: Carnegie Endowment for International Peace, 1998. 215p.

Freedman, Lawrence. THE REVOLUTION IN STRATEGIC AFFAIRS. New York: Oxford University Press, 1998. 88p.

Goodby, James E. EUROPE UNDIVIDED: THE NEW LOGIC OF PEACE IN U.S.-RUSSIAN RELATIONS. Washington: U.S. Institute of Peace, 1998. 272p.

GREAT DECISIONS, 1998 EDITION. New York: Foreign Policy Association, 1998. 104p.

Haass, Richard N. THE RELUCTANT SHERIFF: THE UNITED STATES AFTER THE COLD WAR. Washington: Brookings, 1997. 150p.
Hutchings, Robert L., editor. AT THE END OF THE AMERICAN CENTURY: AMERICA'S ROLE IN THE POST-COLD WAR WORLD. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1998. 288p.

Joeck, Neil. MAINTAINING NUCLEAR STABILITY IN SOUTH ASIA. New York: Oxford University Press, 1998. 96p.

Kagan, Robert. THE BENEVOLENT EMPIRE (Foreign Policy, no. 111, Summer 1998, pp.24-35)

Khalilzad, Zalmay M.; Ochmanek, David A., editors. STRATEGY AND DEFENSE PLANNING FOR THE 21ST CENTURY. Washington: RAND (prepared for the U.S. Air Force by RAND's Project AIR FORCE), 1997. 351p.

Luttwak, E. WHY WE NEED AN INCOHERENT FOREIGN POLICY (Washington Quarterly, vol. 21, no. 1, Winter 1998, pp. 21-31)

Maynes, Charles William. THE PERILS OF (AND FOR) AN IMPERIAL AMERICA (Foreign Policy, no. 111, Summer 1998, pp.36-48)

McDougall, Walter A. PROMISED LAND, CRUSADER STATE: THE AMERICAN ENCOUNTER WITH THE WORLD SINCE 1776. Boston: Houghton Mifflin, 1997. 286p.

THE NEW NATIONAL SECURITY AGENDA (Washington Quarterly, vol. 21, no. 2, Spring 1998, pp. 15-82)

Pfaltzgraff, Robert L.; Schultz, Richard H., editors. WAR IN THE INFORMATION AGE: NEW CHALLENGE FOR U.S. SECURITY POLICY. Washington: Brassey's, 1997. 320p.

Roth, Kenneth. SIDELINED ON HUMAN RIGHTS: AMERICA BOWS OUT (Foreign Affairs, vol. 77, no. 2, March/April 1998, pp. 2-6)

Smith, Howard E. EXPANDING THE SECURITY ASSISTANCE ROLE IN ELECTRONIC WARFARE MANAGEMENT (DISAM Journal of International Security Assistance Management, vol. 20, no. 2, Winter 1997/1998, pp. 96-104)

TRANSFORMING DEFENSE: NATIONAL SECURITY IN THE 21ST CENTURY (Assessment Report of the National Defense Panel on the Quadrennial Defense Review). Arlington, VA: National Defense Panel, 1997. 94p.

Turner, Stansfield. CAGING THE NUCLEAR GENIE: AN AMERICAN CHALLENGE FOR GLOBAL SECURITY. Boulder, CO: Westview Press, 1997. 163p.

U.S. Department of Defense. REPORT OF THE QUADRENNIAL DEFENSE REVIEW. Washington: Government Printing Office, 1997. 69p.

Wiarda, Howard J. CRACKS IN THE CONSENSUS: DEBATING THE DEMOCRACY AGENDA IN U.S. FOREIGN POLICY. Westport, CT: Praeger (published with the Center for Strategic and International Studies, The Washington Papers), 1997. 105p.

Política de Segurança dos EUA no Mundo em Mudanças
PRINCIPAIS SITES NA INTERNET

Por favor observe que o USIS não assume nenhuma responsabilidade pelo conteúdo e nem pela disponibilidade dos recursos abaixo relacionados. Tal responsabilidade é exclusiva dos provedores de tais recursos.

American Foreign Policy Council
http://www.afpc.org/

Brookings Institution Foreign Policy Studies
http://www.brook.edu/FP/FP_HP.HTM

Carnegie Endowment for International Peace
http://www.ceip.org/

Council on Foreign Relations
http://www.foreignrelations.org/

Diplomats Online, American Foreign Service Association
http://www.afsa.org/dol/contents.html

Foreign Policy Analysis Section of the International Studies Association
http://csf.colorado.edu/isafp/

Foreign Policy Association
http://www.fpa.org/

The Foreign Policy Home Page, The Heritage Foundation
http://www.heritage.org/heritage/foreignpolicy/

Freedom House
http://www.freedomhouse.org/

The Institute for Foreign Policy Analysis
http://www.ifpa.org/entry.html

The Institute for Multi-Track Diplomacy
http://www.imtd.org/imtd/index.html

The Policy.community Online: Foreign Affairs
http://www.policy.com/community/bytopic/issuecatorg15.html

Project on Defense Alternatives
http://www.comw.org/pda/

Rand Research Center: U.S. Foreign Relations
http://www.rand.org/areas/USFR.Toc.html
Strategic Studies Institute, U.S. Army War College
http://carlisle-www.army.mil/usassi/welcome.htm

U.S. Agency for International Development
http://www.info.usaid.gov/

U.S. Arms Control and Disarmament Agency
http://www.acda.gov/

U.S. Congress House Committee on International Relations
http://www.house.gov/international_relations/welcome.htm

U.S. Congress Senate Committee on Foreign Relations
http://www.senate.gov/committee/foreign.html

U.S. Department of Defense
http://www.defenselink.mil/

U.S. Department of State: Policy
http://www.state.gov/www/policy.html

U.S. Foreign Policy, University of Michigan Documents Center
http://www.lib.umich.edu/libhome/Documents.center/forpol.html

U.S. Information Agency: Foreign Policy/Security
http://www.usia.gov/topical/pol/pol.htm

U.S. Institute of Peace
http://www.usip.org/

U.S. National Security Council
http://www2.whitehouse.gov/WH/EOP/NSC/html/nschome.html

Yahoo Index to U.S. Foreign Policy
http://www.yahoo.com/Government/Politics/U_S__Foreign_Policy/

POLÍTICA EXTERNA DOS EUA

A G E N D A

VOLUME 3 REVISTA ELETRÔNICA DA AGÊNCIA DE INFORMAÇÕES DOS ESTADOS UNIDOS NÚMERO 3

Política de Segurança dos EUA no Mundo em Mudanças

Julho de 1998